

A Humanidade Demiúrgica sob o Signo do Aniquilamento: uma Reflexão Holística sobre o Conceito de Estratégia de Segurança Energética*

António Paulo Duarte

Assessor e Investigador do Instituto da Defesa Nacional (IDN). Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea (IHC), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova (FCSH/UNL). Doutor em História Institucional e Política Contemporânea pela FCSH/UNL (2005) e Mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (1997)

Resumo

O presente texto procura pensar de forma sistémica a relação da energia com a segurança, através da estratégia, aclarando o que significa cada um dos termos, para fazer uma aproximação concetual e holística. Assim, os três pontos da nossa análise lidam com as ideias ou os conceitos de energia, segurança e estratégia. A revolução energética, ao permitir ao homem dominar as fontes fundamentais da vida, a biologia, a física nuclear, a inteligência, entre outras, deu um enorme impulso ao bem-estar humano, sem inicialmente se ter apercebido de que este domínio engendrava igualmente uma dinâmica abismal que a deixava extraordinariamente vulnerável, no limite à mercê do aniquilamento da própria humanidade. Essa consciência impôs-lhe a criação de estratégias de segurança energética cada vez mais amplas e multidimensionais.

Palavras-chave: Humanidade Demiúrgica, Aniquilamento, Energia, Segurança, Estratégia.

Abstract

A Holistic View on the Concept of Energy Security Strategy

This text will try to think in a systemic way the relationship between energy and security. It will seek to clarify the meaning of each term to make a conceptual and holistic definition of what can effectively be understood as an energy security strategy. Thus, the three points of our analysis will deal with energy, safety and strategy ideas or concepts. The energy revolution is a demiurgic humanity that, by seizing the sources of life, gave a huge boost to human well-being, without initially realizing that it also engendered an abysmal dynamic that left it extraordinarily vulnerable. This awareness has led to the creation of increasingly broad and multidimensional energy security strategies.

Keywords: *Demiurgic Humanity, Annihilation, Energy, Security, Strategy.*

* Investigação efetuada no âmbito do projeto *The Geopolitics of Gas and the Future of Euro-Russian Relations-Geo4GER* (FCT – PTDC/IVC-CPO/1295/2014) FCSH-NOVA/IDN/IPRI-NOVA. Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Março de 2016-julho de 2018. Website: <http://geo4ger.wixsite.com>

Introdução

Benjamim Sovacool (2011, pp. 3-6), na sua dissecação do conceito de segurança energética, inventariou cerca de 45 definições sobre o termo, todas incorporando muitos elementos comuns, que poderiam ser descritos pelas seguintes palavras: abastecimento, acessibilidade, fiabilidade, disponibilidade, sustentabilidade, ambiente, eficiência, diversificação, governação, gestão, mercado, economia, segurança, conexão, resiliência entre outras. A multiplicidade de termos que podem integrar o conceito de segurança energética é um espelho da complexidade que envolve este tema, e serve como bom ponto de partida para refletir sobre as questões concetuais. Ora, as questões de segurança energética surgem hoje, na documentação institucional, associadas a três conceitos basilares: estratégia, segurança e energia.

Com efeito, e tendo em conta o foco dos estudos que se seguem a este capítulo, quer a União Europeia, quer a Rússia têm avançado com estratégias de segurança energética, espelhando a relevância que a questão energética tem para cada uma destas entidades políticas. De facto, a securitização das matérias de segurança é uma resposta à “segurança para quem?” (Cherp e Jewell, 2014, p. 419).

As estratégias de segurança energética buscam superar vulnerabilidades, no que se refere à energia necessária para que cada coletividade se desenvolva, propondo métodos para as ultrapassar. A União Europeia publicou, em 2014, a sua *European Energy Security Strategy* (Estratégia Europeia de Segurança Energética) (European Commission, 2014). De igual modo, desde 2003 que a Rússia tem vindo a publicar sucessivas estratégias de segurança energética – “Estratégia Energética 2012” (2003), “Estratégia Energética da Rússia para o período até 2030” 2010 e mais recentemente, “Estratégia Energética da Rússia para o período até 2035” (2017)¹. Acresce ademais, que mesmo as estratégias ditas nacionais, em muitos casos, contêm pelo menos uma parte, dedicada à segurança energética. É o caso da Estratégia Nacional de Segurança da Rússia de dezembro de 2015, nos seus números 60 e 61, por exemplo (Russian Federation President, 2015).

A estratégia, a segurança e a energia definem, sublinha-se, as questões de segurança energética. Cada um dos conceitos contém uma identidade própria e uma genealogia específica. Todavia, no que se refere às matérias de securitização da energia, estas aparecem interligada e até fundidas numa única e ampla lógica. O que é que lhe impõe essa interligação? O que os faz fundirem-se no que respeita às questões de segurança e de segurança energética?

A estrategização da energia é uma resultante da dependência que desta têm as sociedades modernas, originando-se assim uma vulnerabilidade basilar. Tal como

1 Para uma visão geral sobre estas estratégias ver Campos (2018).

o ser humano, que não pode viver sem assimilar energia, também as sociedades humanas têm de assegurar um fluxo permanente de recursos energéticos para subsistir e desenvolver-se. A definição mais clássica de segurança energética exprime essa verdade: a capacidade de cada sociedade assegurar um fluxo contínuo de recursos energéticos a custos admissíveis.² Esta situação configura um imenso paradoxo, considerando que é a exponenciação massiva da transformação da energia, medida em astronómicas quantidades de queima de combustíveis fósseis, no essencial, que permitiu um colossal desenvolvimento do nível de vida das sociedades modernas, a partir fundamentalmente da segunda metade do século XIX na Europa e América do Norte e na segunda metade do século XX na Ásia Oriental, engendrando em consequência um progressivo aumento das vulnerabilidades humanas, primeiro com os riscos associados à capacidade de garantir o ininterrupto abastecimento dos recursos necessário à transformação da energia – e que caracteriza no essencial os primeiros conceitos de segurança energética – e em seguida, o espectro das alterações climáticas com a ameaça que estas representam para a própria humanidade. A esta ameaça mais sentida atualmente, dever-se-ia acrescentar aquela que por quase cerca de cinquenta anos representou esse outro prenúncio abismal resultante da manipulação da energia nuclear na forma de armas nucleares.

A transformação da energia através da manipulação dos combustíveis fósseis – ou da fusão nuclear –, deu à humanidade poderes demiúrgicos de transformação da natureza de forma radical; todavia, a incompreensão inicial e a dificuldade em mudar de paradigma, considerando os benefícios colossais que as sociedades industriais aportaram à existência humana, contribuíram para o avolumar de riscos associados à dificuldade da humanidade em gerir a sua capacidade demiúrgica. A dimensão nuclear assim como a inteligência artificial são outros espelhos da dinâmica demiúrgica da humanidade, assim como das ameaças e riscos que lhe estão associados. A humanidade demiúrgica aportou com o seu imenso sucesso riscos consideráveis à existência humana, e isso significa que hoje a energia é um problema de segurança nacional a ser tratado pelas estratégias de segurança nacional e de segurança energética.

O presente texto procurará pensar de forma sistémica a relação da energia com a segurança, através da estratégia, aclarando o que significa cada um dos termos, para em segundo momento, fazer uma aproximação concetual e holística ao que se poderá definir efetivamente como uma estratégia de segurança energética. Assim, os três pontos da nossa análise lidam com as ideias ou os conceitos de energia, segurança e estratégia. Esta sequenciação não é de todo arbitrária, mas procura, na

2 É o conceito basilar de segurança energética expresso pela Agência Internacional de Energia. Veja-se IEA (s/d).

lógica argumentativa do texto, partir da base para o objetivo; ora, a base é a energia, a dimensão vital, sem a qual, as sociedades arriscam a submergir na anemia – ou paradoxalmente, a ser atiradas para o abismo – e nesse sentido, a energia, enquanto debilidade ou exponenciação, é uma vulnerabilidade existencial, porquanto a energia é fundamento da sustentabilidade social, e nesse senso, adquire uma dimensão estratégica, exigindo uma resposta que colmate as debilidades e potencia as virtualidades que asseguram o abastecimento ininterrupto dos recursos energéticos para que qualquer coletividade possa progredir.

Em cada um deles procurar-se-á traçar de forma breve a sua relevância, genealogia e evolução com o fito de aclarar realmente o que cada um deveria efetivamente significar. Na última parte do artigo, desenvolver-se-á então a interligação entre os três termos e, a partir desta fusão, sobre o que se deveria entender por uma estratégia de segurança energética.

A leitura que se propõe ao leitor é, nesse sentido, holística, e opta por um pensamento a que se poderá chamar de multidimensional, acarreado para a compreensão da realidade uma amplidão de temas que se vão interconectando numa estrutura final sistêmica. Na verdade, como observam muitos dos autores que se dedicam a estudar as questões de segurança energética, estas deverão ser dissecadas multidisciplinarmente e multidimensionalmente (Baumann, 2008; Sovaccol, 2010, p. 6-7).

1. A Questão da Energia

O termo energia advém do grego “energia”, que significa “operação, atividade”, de *energos*, “ativo, trabalhador”, formada por *en*, “em”, mais *ergon*, “trabalho, ação”. A ideia de energia está, como se vê, intimamente ligada à noção de trabalho e de ação. Dispor de energia é ser capaz de agir e dispor de capacidade de laborar, o que significa que desde o início há uma íntima relação e uma interação muito significativa entre a energia e aquilo a que hoje se denomina de economia. Isto remete para a ideia de que as sociedades têm de dispor de energia para alimentar e expandir a sua potencialidade produtiva. Não obstante, segunda a moderna física, e de acordo com a primeira lei da termodinâmica, a “conservação da energia” é uma constante do universo (Vasconcelos, 2019, p. 51), pelo que o homem apenas transfere e transforma a energia, nunca a produz, a não ser no estrito sentido em que para a transferir têm de fabricar instrumentos para o poder fazer (Vasconcelos, 2019, p. 67). A energia é assim, no essencial um fluxo, que possibilita elevar as possibilidades humanas.

Com efeito, sem o contínuo fluxo de energia, de acordo com a perspectiva termodinâmica, nenhum indivíduo poderia sobreviver (Smil, 2004, p. 549). Por isso, o primeiro recurso energético de que a humanidade dispôs foi da sua própria energia física, a sua própria energia somática, podendo assim manipular as suas próprias

capacidades. Com o tempo o homem adquiriu a capacidade de adicionar à sua própria energia física outras fontes de energia: o fogo, a energia de outros animais, o vento, etc. Não obstante, e apesar da adição destas capacidades energéticas, por um longo período, a principal fonte de energia de que a humanidade dispunha era a sua própria força física: as outras fontes de energia funcionavam apenas como um complemento a esta (Smil, 2004, p. 551).

Assim, até à denominada Revolução Industrial, as sociedades viviam basicamente do trabalho intensivo da humanidade e este era a fonte fundamental da produção da energia necessária para que as atividades humanas se desenrolassem. Assegurar a energia necessária a cada sociedade significava, realmente, ter a mais ampla disponibilidade de mão-de-obra, para gerar um elevado ritmo e uma ingente intensidade de trabalho. Esta realidade significava duas coisas concretas: primeiro, sendo as fontes de energia, no essencial, a energia somática dos homens, onde houvesse homens, havia energia; segundo, o essencial para assegurar uma sólida intensidade de energia laboral era dispor de homens; ora, esta apareceu muitas das vezes sobre a forma de trabalho servo ou escravo e tal impunha, isso sim, como hoje, uma certa externalização das sociedades em busca de mão-de-obra, através de guerras de conquista e de apropriação de labor humano, ou seja, de assegurar uma escala de massa humana para manter a necessária intensidade laboral. Não deixa de ser sintomático que a atividade guerreira parece emergir da sedentarização e seja correlativa com o aparecimento da escravatura. A necessidade de mão-de-obra justificaria a coação armada com o propósito de capturar indivíduos que sustentassem a atividade laboral e a economia (Patou-Mathis, 2013, pp. 67 e 153).

A Revolução Industrial mudou radicalmente o paradigma. A transição energética resultou de uma nova forma de mobilizar fontes de energia natural com desenvolvimento de máquinas capazes de as manipular, de uma forma de tal modo intensiva que exponenciou o ciclo de transformação da energia e engendrou a multiplicação da produção de bens – emergiu a maquinofatura. O fenómeno não começou na Inglaterra, mas na Holanda no século XVII, com o uso da turfa para produzir energia. O uso do carvão começa no século XVIII com o primeiro motor a vapor de Thomas Newcomen, que só arranca, em definitivo, com os aperfeiçoamentos que James Watts lhe fez. As máquinas começaram a substituir os homens como força de trabalho e como produtoras de energia. As primeiras máquinas industriais multiplicaram ciclicamente a intensidade e o ritmo de trabalho, ou seja, o processo de transformação de energia acelerou-se a ritmos cada vez mais velozes engendrando uma imensa produção de bens materiais (e não só). A máquina de Watts conseguia ter uma potência energética 25 vezes superior à de um cavalo, que por sua vez, tinha uma capacidade 8 vezes superior à de um homem. Por volta de 1900, os motores de alta pressão a vapor tinham uma capacidade 10 vezes superior à do de Watts (Smil, 2004, pp. 551 e 554-555).

O imenso volume de produção gerado pela denominada Revolução Industrial deve-se a uma nova forma de usar fontes de energia de há muito conhecidas, mas de uma maneira nova. O motor a vapor permitia transformar energia química (calor) em energia mecânica (movimento) (Bithas e Kalimeris, 2016, p. 7). Começara a era dos combustíveis fósseis – carvão, petróleo e mais recentemente, do gás. Em detrimento da dependência dos homens para produzir trabalho, as sociedades passaram a sujeitar-se ao ritmo e à potência de máquinas cada vez mais potentes, aceleradoras da transformação da energia. A produção de energia e de bens avolumou-se ciclicamente. No neolítico, um grupo de recolectores despendia cerca de 5 watts de energia, um grande animal doméstico em laboração, 300 watts, e um moinho de água romano, pouco mais de 2 quilowatts. As turbinas a vapor atingiram picos de 1,5 gigawatts. As sociedades modernas mobilizam 15.000.000 de vezes mais energia que os recolectores do neolítico e 99% dessa capacidade foi desenvolvida no século XX (Smil, 2004, p. 557).

As sociedades pré-industriais viviam sob um ciclo natural. Fouquet fala de uma era de “Economia da Energia Orgânica” (Fouquet, 2011, *apud* Bithas e Kalimeris, 2016, p. 6). A energia humana ou animal estava limitada pela relação entre a resistência física e o esforço despendido. A multidão dependia da capacidade em ser nutrida de energia (através da alimentação), o que por sua vez estava condicionada pelas possibilidades orgânicas do território, de acordo com os princípios concetualizados por Thomas Malthus no século XIX, que observou corretamente que a população crescia geometricamente e a produção alimentar aritmeticamente, gerando a médio prazo um desequilíbrio fatal para a expansão populacional, fenómeno arquetipicamente encontrado nas sociedades arcaicas orgânicas³.

Com as máquinas a laborar, tudo mudou, iniciava-se uma era onde predominava a tecnologia, ou seja, o espírito científico, em suma a cultura. Uma humanidade demiúrgica, capaz de penetrar no âmago da vida e de a modificar de forma massiva, sobrelevando em definitivo a cultura sobre a natureza, resultado da ciclópica aceleração da transformação da energia. A produção ininterrupta e em escala titanica foi-se multiplicando, ultrapassando os sucessivos limites que a natureza impunha, mas as máquinas acabaram por introduzir um novo problema na equação energética, os recursos que asseguravam a continuidade da sua laboração. Esta evolução espelhava o impacto da energia na cultura. A inovação tecnológica na energia, que em si resulta de inovações mentais, não muda apenas a disponibilidade de energia de que a sociedade dispõe, modifica-lhe também as dinâmicas materiais e em consequência o paradigma cultural sobre a qual ela se alicerça (Vasconcelos,

3 Sobre este assunto ver *Malthusianisme*, Encyclopédie Larousse en Ligne, disponível em <https://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/malthusianisme/67810> [consultado em 7 de outubro de 2019].

2019, pp. 92-93). É que a pluralidade de formas de energia não é uma dádiva da natureza, mas uma expressão da criatividade humana (Vasconcelos, 2019, p. 93). E assim, que tal como a sedentarização criou o guerreiro e o escravo, desenvolvendo soluções para a produção material e cultural dessas sociedades, mobilizando fundamentalmente energia humana, a sociedade moderna adaptou-se ao consumo massivo, desenvolvido pela laboração de maquinofaturas cada vez mais poderosas. Criou-se assim a sociedade de massas modernas, urbana e alicerçada no consumo em massa e na mobilização de ciclópicas quantidades de energia.

No primeiro momento, todavia, não havia muita preocupação com a sustentação da produção ininterrupta, porquanto as fontes de energia de que dependiam estas máquinas para continuarem a laborar, estavam lado a lado no mesmo domínio territorial. Os primeiros países industriais dispunham de grandes jazigos de carvão, o primeiro combustível fóssil de utilização massiva, com os quais asseguraram as fontes de energia necessária para alimentar a laboração das suas máquinas industriais. A ascensão britânica está indissociavelmente ligada à produção de carvão (Boniface, 2017, p. 175).

Com a adoção do petróleo, como principal fonte de energia, nas sociedades industrializadas, no início do século XX, e que se encontra igualmente relacionado com as novas formas de mobilidade automóvel (e aeronáutica), espelhando a íntima relação entre as dinâmicas energéticas e culturais, tudo mudou. As fontes de energia e os grandes produtores de bens industriais encontravam-se agora afastados uns dos outros. Ora, a dependência que os produtores de bens maquinofaturados tinham das fontes de energia, que podiam alimentar a sua capacidade produtiva ininterruptamente, demonstrar-se-ia desde o início como uma grande vulnerabilidade. E se esses territórios deixassem de assegurar o fornecimento das matérias-primas energéticas? Ou se de algum modo, a linha de comunicação entre os produtores das matérias-primas energéticas e os seus consumidores fosse rompida ou encerrada? Essa vulnerabilidade levaria a Grã-Bretanha a enviar uma expedição naval para Bassorá imediatamente após a eclosão da Primeira Guerra Mundial na Europa, e largos meses antes da entrada do Império Otomano na contenda ao lado das potências centrais, com vista precisamente a proteger os poços petrolíferos iranianos (Hughes e Philpott, 2005, p 32). Este ato era um reflexo do que acontecia quando uma potência industrial dependia de recursos externos para garantir o seu abastecimento energético.

O distanciamento entre as fontes de energia e a produção de bens em escala massiva que delas dependia engendrou uma situação de insegurança. Esta situação foi uma das grandes vulnerabilidades estratégicas da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, a completa dependência de petróleo oriundo do exterior – não de carvão, de que era grande produtora – e a relevância estratégica que tinha para o *III Reich* os poços de petróleo de Ploesti na Roménia, assim como o imperativo de aniquilar

a União Soviética e assegurar com a ocupação desse vasto espaço o seu abastecimento estratégico em matérias-primas fundamentais, incluindo-se nessas as energéticas (Kershaw, 2000, pp. 332 e 343).

Não obstante, esse distanciamento não foi uma questão a considerar, enquanto as principais potências europeias senhorearam o mundo. Tudo mudou com a descolonização e a afirmação internacional dos Estados extraeuropeus. Os processos de descolonização datam dos anos cinquenta e sessenta do século XX. As duas crises petrolíferas acontecem nos anos setenta, em 1973 e 1979, dando início à primeira era de insegurança energética, fruto da imensa dependência que as economias industriais tinham do petróleo importado do Médio Oriente, quando confrontados com o uso pelos países árabes, dessa dependência como “arma política”. Em consequência da primeira crise do petróleo, em 1973, seria fundada, em 1974, a Agência Internacional de Energia (AIE), ainda fundamentalmente focada na questão do abastecimento petrolífero do Ocidente. A segunda era de incerteza energética começa com o 11 de setembro de 2001 e a questão do terrorismo de origem islamita, com a emergência de novos e pantagruélicos consumidores de energia, as emergentes potências China e Índia e, em geral, o imenso salto de desenvolvimento que atravessa toda a Ásia Oriental, a que se junta a perduração da instabilidade geopolítica do Médio Oriente (Fernandes, 2017, pp. 63-64).

O que parece relevante, todavia, nesta história, é evidenciar a correlação entre a diferenciação entre produtores e consumidores e a agudização da problemática da vulnerabilidade energética. Essa vulnerabilidade nascia da dependência que os grandes produtores de bens industriais tinham das matérias-primas energéticas, fundamentalmente o petróleo na década de 70 e 80, oriundos de espaços exteriores independentes e com vontade própria. A correlação entre a dependência dos consumidores e a independência dos produtores antevia potenciais dinâmicas conflituais e engendrava nos primeiros a necessidade de salvaguardar a sua segurança, ou seja, o fluxo ininterrupto de matérias-primas energéticas que substanciassem o dinamismo económico das suas sociedades. A relação da dependência com a vulnerabilidade contém implicitamente a natureza vital que está a esta dinâmica associada e que no peculiar caso da energia resulta de esta ser essencial à propagação da própria vida, através do trabalho, da produção e do desenvolvimento social, económico e também individual. Partura-se assim a ideia de segurança energética. A vulnerabilidade (um constrangimento existencial) – seja só a ideia ou uma realidade efetiva – e o sentimento de insegurança que produz é o catalisador da necessidade e da edificação da segurança. Sobre esta ideia, mais aprofundada, veja-se infra, o capítulo 2.

Com efeito, para Rúben Eiras, hoje o mundo, no que toca ao petróleo e ao gás, pode ser dividido em diversas regiões, no que tem de relevante, o desfazamento entre os que consomem massivamente energia e os que a produzem massivamente: os gran-

des produtores são o *heartland* russo e o *shatterbelt* norte-africano e do Médio Oriente, zonas do “velho petróleo”, a que se associam duas novas regiões de grande produção – a América do Norte com as produções xistosas ou betuminosas de gás e petróleo e o Brasil com a produção petrolífera em ultras e super ultras profundidades oceânicas. Quanto aos grandes consumidores – com a exceção dos Estados Unidos da América, e que na verdade sempre foi uma exceção, visto este país ter sido sempre o grande produtor de hidrocarbonetos – situam-se na Europa e a Ásia Oriental (Eiras, 2014, pp. 118-121). Este quadro geopolítico engendra situações de vulnerabilidade mútua – a tensão entre quem oferece (a oferta) e quem procura (a demanda).

Mas a esta vulnerabilidade, já de si relevante, dada a dependência que as sociedades contemporâneas têm da transformação acelerada de energia para a sua própria vitalidade, outra situação, ainda mais temível, se veio a verificar no consumo de energia e pelos efeitos derivados que toda essa capacidade produz na vida humana. A aceleração da transformação da energia não levou a humanidade demiúrgica que dela despontava a perceber inicialmente o seu impacto no ecossistema planetário. Ela via os benefícios da aceleração da produção de todos os tipos de bens e o crescimento exponencial das cidades, alimentado pela explosão demográfica, como uma expressão de um progresso ininterrupto. Esta leitura do mundo tinha expressão nas ideologias progressistas do século XIX, o liberalismo, o socialismo, mais tarde o marxismo e outras, sem que todavia houvesse a percepção de que a aceleração da transformação energética afetava profundamente o equilíbrio do ecossistema planetário – para uma perspetiva geral sobre a leitura oitocentista do progresso (Lange, 2011).

A revolução industrial ou outras afins, efetivamente, ao ampliarem incomensuravelmente a produção e o consumo, geraram uma pressão sobre o planeta, ao mesmo tempo que exponenciavam os efeitos de estufa, pela multiplicação do CO₂ na atmosfera, resultantes da queima de combustíveis fósseis. As quatro componentes do clima – a atmosfera, a hidrosfera, a criosfera e a biosfera – estão todas sob intensa pressão, em resultado do exponencial avolumar da produção e do consumo – combustíveis fósseis, água, exploração agrícola e mineração, etc. O imenso desenvolvimento humano com todas as melhorias nas condições de vida humana, quer ao nível dos bens de consumo disponíveis, quer em termos da saúde ou da educação, para citar alguns dos mais relevantes, por sua vez geraram um avolumar exponencial da população humana, que saltou de cerca de 1.000.000.000 em 1800 para 6.000.000.000 em 2000 e talvez 10.000.000.000 em 2100, e que consome muito mais que os seus antepassados (Emmott, 2013, pp. 19-32). Esta humanidade demiúrgica criou assim um imenso problema para si própria e um problema de aguda crise resultante do avolumar de bem-estar geral, que ironicamente a aproxima da ameaça de extinção. Com efeito, há uma relação intimíssima entre alterações climáticas

e energia (Vasconcelos, 2018, pp. 34-37; Tomás, 2018, p. 7), e nem todos os problemas ambientais advêm estritamente da energia – o colossal crescimento demográfico humano impõe uma fortíssima pressão sobre os recursos planetários também, mas esta deriva das virtualidades abertas pela aceleração da transformação de energia – esta é peça central na resolução da questão das alterações climáticas.

Em consequência deste imenso desafio impõe-se hoje a busca de fontes de energia alternativas aos combustíveis fósseis, e quer a questão climática, quer o seu corolário, a busca de fontes não combustíveis de energia, são outros dos elementos que engendraram a segunda era da incerteza, tal qual acontece com todas as mudanças radicais de paradigma, ocasionando situações e sentimentos de vulnerabilidade. Alguns autores falam de uma era de transição energética (WEF, 2018), com a progressiva substituição dos combustíveis fósseis por energias renováveis e muito mais limpas. Um processo de descarbonização da economia, no quadro do desenvolvimento de um novo paradigma de segurança energética (Nutall e Manz, 2008). Nem todos acham que esta promessa seja realizável, pelo menos no tempo de que se disporia para travar processos radicais e catastróficos da mudança climática (Emmott, 2013, pp. 151-165). Seja como for, esta transição parece já ter começado. Hoje em dia, as fontes de energia que sustentam as economias modernas já não se reduzem só ao petróleo.

Desde a década de 80 que em muitos países houve uma transição do petróleo para o gás – uma fonte de energia fóssil bem menos ameaçadora para o clima que aquele outro –, assim como a inserção no denominado *mix* energético de energias renováveis, em geral, ainda de uma forma incipiente, passando nos países europeus de cerca de 5% de toda a energia primária em 1995 para cerca de 13% em 2016 (European Commission, 2018, p. 22). As estratégias de diversificação energética implementadas desde a década de 80 em muitos dos países industrializados desenvolveram-se em torno de duas dinâmicas: diversificação dos fornecedores e diversificação da produção energética com a introdução do gás e o desenvolvimento das energias renováveis, principalmente a eólica e a solar. Todavia, é preciso reconhecê-lo, o impacto das renováveis no *mix* energético ainda é balbuciante, pese algumas grandes potencialidades. Filipe Duarte Santos (2010, p. 43) refere que a energia radiativa solar é 7.700 vezes superior ao consumo anual global de energia primária, se aquela pudesse ser capturada (transformada) e posta ao serviço da humanidade. Por sua vez Stephen Emmott (2013, pp. 156-157) fala do enorme potencial da fotossíntese como fonte energética: “aprender com as plantas em aproveitar e converter a energia do sol”. Na realidade, e no que respeita a energia com uma forte redução da pegada carbónica, estamos ainda no campo das promessas.

Há, contudo, determinadas evoluções que espelham uma mudança na relação da humanidade com a descarbonização da energia. Ironicamente, uma das primeiras é a progressiva passagem do uso do petróleo para o gás, uma fonte de energia

muito menos carbónica que a primeira. E este processo tem vindo a acelerar em muitos países, baseado no desenvolvimento de um *mix* energético com uma forte componente em energias com uma pegada carbónica menos evidente – gás, renováveis eólicas e solares, nuclear em alguns casos –, numa maior intensidade energética, ou seja, na eficiência na manipulação da energia e na eletrificação massiva, principalmente na mobilidade rodoviária – em 2040, a China, por exemplo, pretende que cerca de 25% dos automóveis a circular sejam elétricos (IEA, 2017). De facto, a China, tem vindo a desenvolver uma forte aposta no gás, nas renováveis, eólica e solar, e parece haver um forte desenvolvimento da indústria chinesa do gás de xisto (IEA, 2017; Damien Ma, 2015). É de destacar igualmente a evolução das políticas europeias, baseadas na eficiência energética, na eletrificação e nas renováveis e na integração do mercado europeu na área da energia (European Commission, 2014; Comissão Europeia, 2015).

Em suma, sem energia, como se pode deduzir do próprio conceito, não há trabalho, não há produção, não existem condições para o propagar da vida, dependentes vitalmente de dinâmicas energéticas. O desenvolvimento industrial e a natureza da divisão internacional do trabalho produziram um progressivo distanciamento entre os grandes consumidores e os ingentes produtores de energia, gerando uma primeira vulnerabilidade no sistema energético global que afeta simultaneamente, mas de forma distinta, uns e outros – a quebra da demanda ou a quebra da oferta. O ciclópico consumo de energia e a exponenciação da produção de todo o tipo de bens, gerou um desequilíbrio no ecossistema do planeta, engendrou o aquecimento global, com potenciais efeitos catastróficos nos equilíbrios dinâmicos da Terra – no horizonte a possibilidade, mesmo de extinção da humanidade (Kolbert, 2014) – e a necessidade de uma mudança radical de paradigma energético, tendo como consequência a gestação de uma segunda vulnerabilidade no sistema energético – a imperiosidade da mudança e os seus efeitos.

Como observou o politólogo e geopolítico francês Pascal Boniface, a materialidade existencial da vida torna a questão energética uma problemática essencial das relações internacionais e das dinâmicas estratégicas. O acesso a produtos alimentares, a matérias-primas energéticas e a materiais raros é essencial à sustentabilidade das sociedades de alta tecnologia e em consequência, estrategicamente fundamentais para todas as grandes e pequenas potências (Boniface, 2017, p. 176). A energia é assim um problema de segurança, considerando a sua relevância existencial e dadas as dinâmicas de vulnerabilidade que induz.

2. O Carácter da Segurança

Não há uma conceção homogénea de segurança, nem existe hoje um conceito que se possa considerar definitivo e consolidado do que é a segurança. A segurança é,

nesse sentido, um conceito em permanente impugnação, prosseguindo o debate sobre a sua significação e, mais relevante, a sua própria substância. Dependendo do ponto de vista, o conceito ganha cores distintas e matizes diversos.

Loureiro do Santos refere que se podem encontrar pelo menos duas ideias gerais relativas à segurança. Uma, presente nos países anglo-saxónicos, usando termos como *National Security*, ou simplesmente, *security*, e que integram na sua aceção, em simultâneo, o objetivo final da segurança a atingir e as medidas para o alcançar (Santos, 2000, p. 82). Esta visão parece inferir-se no *Dictionary of Military and Associated Terms*, que define a segurança nacional como “um termo coletivo que abrange tanto a defesa nacional quanto as relações externas dos Estados Unidos, e que tem como objetivo obter: a) uma vantagem militar ou de defesa sobre qualquer nação estrangeira ou grupo de nações estrangeiras; b) criar relações externas favoráveis à posição do Estado; c) uma postura de defesa capaz de resistir com sucesso a ações internas ou externas, abertas ou secretas hostis e/ou destrutivas” (U. S. Department of Defense, 2019, p. 154). Como se pode observar, a ideia de segurança tal qual exposta num documento institucional da governação dos Estados Unidos da América, evidencia o quanto o conceito contempla não só os propósitos como as medidas para os alcançar.

A segunda, defendida por alguns estrategos portugueses, como Loureiro do Santos, concetualiza segurança e segurança nacional como a “(...) condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e em Liberdade, assegurando a soberania, independência, a unidade e a integridade do território, a salvaguarda coletiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas” (Cardoso, 1981, p. 23; Santos, 2000, p. 81). Em suma, segurança é essencialmente um desiderato a alcançar (e nesse sentido, um meio de o conseguir), a manter e a preservar (um fito alcançado).

Independentemente de qual seja o conceito de segurança perfilhado, ambos contêm um sentido último relacionado com a obstaculização da conflitualidade e da guerra e a perduração da independência e da prosperidade nacional e individual de cada um dos seus cidadãos.

A segurança visa assegurar a dissuasão e a capacidade de ripostar a situações de risco e ameaça postos por entidades exteriores à coletividade política. Contém em si a ideia de defesa, mais do que de ataque, a ideia de preservação mais do que a expansão. Esta perspetiva é fundamental para se poder entender de como a partir da ideia de segurança se edifica a conceção de segurança cooperativa e coletiva. Com efeito, sem se negar a possibilidade de a ação de segurança implicar medidas coativas, considerando, contudo, que o propósito da segurança visa defender e preservar, no essencial – e tal tanto pode ser um fito como o conjunto de ações e de

medidas que o atingem –, ela pode pensar estes objetivos em comunidade com outras entidades políticas, inclusivamente, aquelas que potencialmente poderiam ser vistas e lidas como adversárias. Se me preservo, possa ajudar a preservar o outro, se me defendo, possa ajudar a defender o outro. É sobre estas dinâmicas, dialéticas que se elaborarão neste capítulo, a ideia de segurança.

A palavra segurança tem origem no latim e significa “sem aflições/angústias/inquietações”; a etimologia sugere o sentido de “ocupar-se de si mesmo” (se+cura) (sine+cura): sem cuidados (Matos, 2005; Houaiss, 2003, VI, p. 3283). Mas “a filosofia clássica greco-romana ignorou o conceito de segurança. Para os clássicos ela era uma inevitável consequência da organização política: a *pólis* era pacífica *ad intram* e da paz resultava a segurança. O Império Romano é o sonho de levar ao orbe a paz da urbe. O sonho falha: os clássicos sabem estar condenados à insegurança vinda do exterior; a *stasis*, a crise interna, talvez fosse evitável, mas a guerra, a crise externa, era inevitável” (Matos, 2005, p. 3).

Da leitura da visão clássica sobre a “segurança” pode inferir-se uma perspetiva política dicotómica em que se opõem a paz à guerra, e que caracteriza o pensamento antigo. Este pensamento, na verdade, confunde paz com segurança – é mais lógico dizer que este conceito não existia para a Antiguidade Clássica e para a Idade Média no sentido que a contemporaneidade lhe dá⁴ –, em que, como referia um autor para a Idade Média, mas que se pode perfeitamente aplicar à Antiguidade Clássica, para usar uma terminologia tradicional, há uma distinção clara entre guerra e paz e em que a guerra era um estado excecional que ameaçava a ordem natural (Fernandes, 2011, pp. 137-138), em que, no fundo, a uma ordem se opõe uma desordem, em que se habita uma dicotomia entre um eu-ordem face a um outro-desordem. A ideia de segurança, como hoje se conhece é impossível, a ordem de um é inexequível com a ordem do outro – e como num espelho, a desordem que o outro representa para si é a desordem que este patenteia para outro –, gerando uma dinâmica conflitual em que só a violência tem valor de mercado, porquanto num território onde a antinomia vital é unívoca e a partilha entre todos se torna

4 E provavelmente também para Clausewitz. Michael Howard é autor de uma curta biografia de Clausewitz. O índice onomástico da obra refere o termo guerra 12 vezes e o termo estratégia 17 vezes, mas nem sequer menciona o termo segurança (Howard, 1983, p. 79). Raymond Aron, um dos maiores exegetas da obra de Clausewitz, correlaciona a dualidade da guerra com dialética conceptual do mestre prussiano, marca axial da sua leitura do mundo e da guerra. A obra de Clausewitz é, na óptica aroniana, marcada por um conjunto de termos pares dialéticos que delineiam a guerra: os meios e os fins; a moral e o físico, a defesa e o ataque; a história e a teoria, as guerras de duas espécies e a relação entre a política e a guerra – ver Aron (1976), principalmente as pp. 160-280 e 314-341. O termo segurança está completamente ausente e não surge, para o hermeneuta de Clausewitz, como tendo algum valor hermenêutico na leitura da sua obra.

impossível, só se preserva aquele que se autonomiza pela coação daquele que se lhe opõe de alguma forma, e este processo nutre, viceja e engorda a guerra.

É por isso, muito provavelmente, que o sonho de levar a paz da urbe ao orbe, na realidade engendrou apenas um estado de guerra endêmico, e que tem no aforismo de Vegécio o seu corolário lógico: “quem desejar a paz deve preparar-se para a guerra, para alcançar a vitória” (Vegécio, 2006, p. 80). Extraordinário aforismo que, na sua totalidade, contém os três termos que até à Primeira Guerra Mundial balizariam a mecânica da guerra – paz, guerra, vitória – e que definiriam o modo como se dirimiam os conflitos intercomunitários e intracomunitários (infra). A paz só existe na vitória pelo aniquilamento do inimigo na guerra. Não deixava, assim, este autor de lembrar noutro passo da sua obra, que o inimigo só se “sujeita através do medo das armas” (Vegécio, 2006, p. 39). Talvez por isso Roma e o exército romano sempre definiriam a “fronteira” do Império no Médio Oriente e na Ásia em termos de poder e ação militar, nunca como linha de defesa, sempre se vendo a si próprios, pese a sua longa presença na região, como uma força conquistadora e de ocupação (Isaac, 1993). Como se parece deduzir das palavras do autor, uma força em estado de guerra permanente, para a qual qualquer ideia de preservação da paz – que o não fosse pela força das armas e pela violência da vitória – e muito menos de segurança seria alienígena.

Ora, a palavra “segurança”, no sentido contemporâneo, ao separar o duo guerra-paz, abre possibilidade a uma outra forma de ler as complexas relações entre as coletividades humanas. A própria palavra contém em si virtualidades que, contudo, só muito recentemente adquiriram valor estratégico. Ironicamente, ela nasce no rescaldo de uma era em que a dicotomia outro-guerra-desordem/eu-paz-ordem produzira uma guerra que à altura, pela sua dimensão catastrófica, ficou conhecida como a Grande Guerra. Não deixa de ser relevante que uma das questões com que se digladiavam os Estados-maiores previamente à eclosão da guerra fosse o momento ideal, para cada um, de provocar a conflagração. Num contexto em que a dualidade da realidade internacional se balizava entre a guerra e a paz, sendo esta, a melhor que se podia ter através de um duelo de armas muito favorável a quem o iniciasse, e em que os riscos sobre todos se adensavam, a única resposta possível passava pelo adágio romano de a paz sair da guerra.

Como concordam Snyder (2014) e Levy e Snyder (2014), a guerra era a solução para um sistema de equilíbrio cristalizado e para a indivisibilidade da dimensão vital que estava em jogo, não uma parte, mas o todo do próprio eu, dir-se-á numa fórmula abstrata: tratava-se com efeito de estar em jogo a sobrevivência ou perecimento da nação e da sua identidade. Esta leitura da realidade em que a oposição entre a paz e a guerra se correlaciona com a antítese perecimento ou sobrevivência da nação, é bem expressa na perspetiva que nos apresenta Clark da postura de quase todos os Estados, grandes ou pequenos, na de crise de julho de 1914: todos

observem as suas possibilidades numa dinâmica absolutizante de uma ação decisiva balizada entre a vitória ou a extinção. Para Viena, a contenção face ao assassinato de Sarajevo, só convocaria uma maior determinação do oponente na obra de destruição (Clark, 2013, p. 397), dando a toda a dinâmica uma profunda dimensão existencial, algo semelhante ocorre com franceses, russos e britânicos, cada um agrilhado pela aliança que tinham com o outro parceiro, à qual não podiam falhar sob o risco de a desagregação do laço os deixar numa situação de extrema vulnerabilidade face ao oponente, a inquebrantável aliança entre a Rússia e a França era, no quadro da crise, vista como vital para ambas as nações (Clark, 2013, p. 444). E a progressivamente maior intimidade da Entente Cordiale entre a Grã-Bretanha e a França impulsionou por sua vez aquela para a beligerância ao lado da França e da Rússia (Clark, 2013, pp. 544-547) para em simultâneo apaziguar o Império Russo e conter o *II Reich*. Para Belgrado, a determinação da Áustria-Hungria só convocava o espectro de desaparecimento, pelo que, fosse qual fosse a situação, “se a guerra era inevitável, nós (os sérvios) lutaríamos” (Clark, 2013, p. 460). Ao longo de mais de cento e cinquenta páginas Clark (2013, pp. 391-554) evidencia o quanto a lógica existencial balizada entre as dicotomias guerra-morte/paz-vida impulsionaram os diversos atores coevos para a Grande Guerra. Exatamente como na Antiguidade, a impossibilidade de pensar um sistema de segurança coletivo externo às entidades políticas, e a redução da leitura do sistema internacional a uma lógica balizada entre a guerra e a paz, fazia com que face a ameaças existenciais, a resposta tivesse de ser a guerra e a coação violenta sobre o oponente: no fundo, tal como no mundo antigo, três termos apenas tinham valor de mercado nestas conjunturas – guerra, paz, vitória.

Stanley Payne diz que a Primeira Guerra Mundial produziu duas revoluções nas relações internacionais: encorajou, por um lado, uma guerra de classes internacional e a revolução mundial e, por outro lado, o universalismo democrático de Woodrow Wilson, realçando a democracia política, a autodeterminação nacional e a segurança coletiva assentes numa ordem liberal (Payne, 2011, p. 24). Ambas as revoluções refletiam as profundas revulsões políticas e sociais que a Primeira Guerra Mundial provocara.

Não obstante, uma exprímia, na sua dinâmica consideravelmente mais apocalíptica, uma relativa continuidade com o passado histórico mais recente, a sobrevivência da oposição entre uma ordem-paz e uma desordem-guerra, só dirimível por uma ação bélica total, e que tão bem se evidencia na obra do general Erich Ludendorff, a *Guerra Total* (1941) com a sua ideia de que face à ameaça vital que representa a guerra para a existência da nação, só uma radical ação bélica total que elimina toda a oposição pode salvaguardar aquela. Ludendorff não diz que a guerra se liberta da política, mas de que a ação política deve ter em consideração a lógica da guerra total, como guerra de extermínio e subordinar toda a sua ação à preservação da

comunidade política, último propósito da contenda absoluta em que está envolvida (Ludendorff, 1914, pp. 26-36). Há em Ludendorff um notável paradoxo lógico, sendo a subordinação da política à guerra o meio de preservação da própria política, da própria comunidade política, de “conservação da vida de um povo”. É isso que faz da guerra total uma guerra moralmente movida, na lógica do general alemão, a luta pela vida substancia uma dinâmica intrinsecamente ética.

A natureza de uma narrativa que se constrói em redor da dicotomia guerra-destruição-aniquilamento/paz-sobrevivência-vitalidade, paradoxalmente, em face da enormidade dos inimigos que supostamente desafiam o mais fundo do ser – a sua identidade nacional, coletiva e individual –, viceja e nutre uma forma de guerra que conduz inevitavelmente à lógica do extermínio do adversário e do que ele representa. Há aqui um elemento demiúrgico interessante. O mundo pensado sistemicamente demandaria uma solução sistêmica que, no quadro desta dicotomia, impunha o aniquilamento absoluto do oponente. Como refere Ernest Nolte, há um nexos causal entre a crise provocada pela Grande Guerra, a ascensão do nazismo e do comunismo no antigo Império Russo, convocando cada uma, na sua interação com as outras soluções radicais e drásticas de resolução política, um processo de purificação ideológico-messiânico, biologista ou de classe, conforme se fala do hitlerismo ou do estalinismo (Nolte, 2017, pp. 13-47). Era a convocação de uma guerra total, não só na mobilização de recursos, mas na busca do extermínio do inimigo.

Joachim Fest observa a propensão apocalíptica de desafio do destino expressa na ideologia nazi, no próprio Hitler e nos seus acólitos mais diretos, como expressão de uma vontade niilista que levou à luta até ao fim e justificou a derrota catastrófica da Alemanha (Fest, 2003, pp. 152-164). A despeito de, por talvez demasiado óbvias razões, os autores observarem esta linha de desafio do destino apocalíptica como uma orientação puramente niilista, propõe-se aqui outra leitura da lógica nazi, mais como uma dicotomização dialética de polos radicalmente opostos que se chocam, em que o abismo tanto se consome na destruição absoluta dos seus inimigos, quanto na sua própria, caso o porvir só possa existir como um mito, resultante da cartaginização do resultado da contenda. Segundo Ian Kershaw a assunção do abismo niilista da derrota – o aniquilamento heróico como símbolo para o futuro – foi-se impondo conforme se evidenciava a impossibilidade de vencer a guerra de extermínio imposta aos seus principais inimigos, o bolchevismo soviético e o judaísmo internacional (Kershaw, 2000, pp. 339-391, 459-497 e principalmente, pp. 789-798).

A outra revolução no sistema internacional, pelo contrário, introduzia uma extraordinária novidade na história da conflitualidade intra-humana, travejada num conjunto de princípios éticos, com uma longa linhagem no pensamento político dos Estados Unidos da América, e que deveriam servir de base as relações internacionais e às interações entre os Estados e que tinham por máximas a liberdade e a

dignidade humana, em vez de os jogos de poder geopolíticos (Kissinger, 1994, pp. 31-33). Como conceito de segurança coletiva Woodrow Wilson rasgava a dicotomia guerra-paz e introduzia na realidade conflitual um conceito morigerador da guerra, o conceito de segurança, através da ideia de segurança coletiva. O presidente dos Estados Unidos da América partiu do princípio de que a entrada do seu país na conflagração visava impor uma nova forma de desenvolver as relações internacionais, que passava pela criação de uma grande assembleia política internacional permanente de resolução dos diferendos intraestatais e de garantia da paz, abrindo assim as portas ao conceito de segurança e ao de segurança coletiva. A função desta assembleia internacional – que acabaria por ser a futura Sociedade das Nações, incubadora da atual Organização das Nações Unidas – seria a paz que se cimentaria através de uma arquitetura comum de segurança coletiva (Henig, 2010, pp. 7-29). Ao estado de guerra e ao estado de paz, conceitos arquetípicos dos discursos legais clássicos e modernos, adicionava-se o estado da segurança, que mitigava o risco da eclosão de um conflito bélico.

A segurança coletiva organizava-se em redor da negociação e da conciliação, por um lado, e da réplica a um perturbador internacional, por parte da comunidade de Estados coligada, por outro (Henig, 2010, pp. 43-49). A segurança coletiva era e é um mecanismo de garantia da segurança de todas as entidades políticas que participam na vida internacional, uma fiança para a sua existência e para a sua perdurabilidade e, que em consequência, deve facilitar a preservação da paz. Ela assentaria nas garantias de autodeterminação e de representatividade democrática – baseada na escolha livre dos cidadãos – dos governos de cada país, assim como na soberania de todos os Estados, internacionalmente reconhecidos, por que baseados nas premissas anteriores. Estas duas condições eram correlacionáveis. A autodeterminação dos povos, que para Woodrow Wilson representava mais do que a independência étnica – política, sendo igualmente sinónimo de governação representativa e democrática, basearia a paz naquilo a que os liberais do século XIX viam como a sua trave mestra, a vontade coletiva da população, que pensavam eles, seria naturalmente hostil à instrumentalização pelo Estado da guerra (Rousseau e Walker, 2010, pp. 21-24).

A segurança coletiva basear-se-ia igualmente na cooperação internacional e na ação combinada de todos os Estados com vista à manutenção da paz e à resolução pacífica dos conflitos. A Sociedade das Nações seria o fórum de resolução de diferendos e de garantia coletiva da paz: a segurança ligava-se assim à paz (Cravinho, 2006, pp. 95-100). A segurança coletiva alicerçava-se igualmente numa leitura sistémica e até mesmo holística das relações internacionais, mas partia de um princípio distinto, na exata medida em que pressupunha a ideia do sistema com base na ação coletiva e comum de todas as nações. Na medida em que a segurança coletiva procurava obviar à guerra e dirimir coletivamente os conflitos pela negociação e o

trato, o sistema de segurança despontava como um espaço de conciliação, em que todos os agentes participariam, alicerçado na segurança comum e que a todos servisse, afiançando assim a perpetuidade da paz. A paz adviria, não do triunfo absoluto de um sobre todos os outros e o aniquilamento destes – como aconteceria através da Guerra Total –, mas sobre uma associação coletiva de todos que vissem a sua segurança por todos afiançada.

O conceito de segurança brota e reverdece do propósito de obviar a guerra, solucionando de forma pacífica todos os conflitos internacionais. A segurança não resulta da vitória bélica, em lide campal, mas da promoção da paz. O propósito da segurança é o apaziguamento e a paz. A segurança promove a paz ao criar um estado intermédio entre a guerra e a paz, um intermediário concetual e situacional que promove a procura da negociação e o consenso antes do desencadear das hostilidades.

A Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria interpelaram, todavia, o princípio da segurança coletiva: as guerras mundiais não tinham sido impedidas pela segurança coletiva, como fora pensado em 1918-1919. Não obstante, o conceito de segurança não se evaporou. Bem pelo contrário, emergiu como o conceito chave das relações internacionais no que respeitava às questões relacionadas com conflitos armados e com a defesa nacional. Mas seu enfoque retornou aos instrumentos mais clássicos e dentro da lógica da garantia da preservação do Estado. Os instrumentos fundamentais para a sua consecução são o poderio militar e a diplomacia. A segurança coletiva depende, antes de mais, da capacidade dos Estados em dispor destes instrumentos para assegurar a segurança. Dois conceitos espelham esta evolução. Em 1947, pelo *National Security Act*, os Estados Unidos incubavam a sua primeira estratégia de segurança nacional, como que a aquilatar a relevância do termo para a sua preservação. Com efeito, diz um autor, só com a Segunda Guerra Mundial, o termo segurança nacional se tornou parte integrante da linguagem estratégica estadunidense (Bartolotto, 2004, p. 2). A lógica da segurança, mesmo que manipulando os clássicos elementos do poderio militar e da diplomacia, já não servia fundamentalmente para fazer a guerra, mas para preservar pela paz a segurança, como se pode inferir pelos conceitos apresentados no início deste texto, de onde o termo guerra está ausente.

A dissuasão é outro espelho da segurança, ao alicerçar-se na capacidade de resposta de um dos lados à ação do outro, convocando-a a constranger-se e a preservar assim a paz possível. Em determinados casos, segurança coletiva e alianças tornaram-se sinónimos. Com a experiência da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, os instrumentos clássicos ganharam novo relevo para a ideia de segurança, mas o seu fito já não era a vitória, mas sim a paz. Antes de mais nada, o poderio bélico das grandes potências deveria assegurar a dissuasão, e por esta, a paz – fenómeno ainda mais relevante, dado o comércio de explosões nucleares questionar o

sentido de qualquer vitória: a “mutual assured destruction”, *mad* (louco) no acrónimo inglês. A segurança deveria dissuadir e mitigar a ameaça, baixando a sua probabilidade, amainando a sua densidade, constringindo os seus efeitos destrutivos. Não deixa de ser assim talvez relevante que um politólogo norte-americano possa pensar que as armas nucleares na realidade são propiciadoras da paz, ao inibirem a vontade de alguém em provocar um conflito armado: “os países tornam-se mais cautelosos e modestos” (Waltz, 2011, p. 134). Como decorre do conceito de santuarização, os países armam-se com armas nucleares antes de mais para se preservar – ou preservar no essencial as suas lideranças.

Em suma, a despeito do classicismo estratégico fundamentado na força bélica e na diplomacia ter retornado, o seu propósito já não era o de provocar a guerra, mas o de a prevenir, não convocar o combate, mas obviar a luta armada, em suma, a manutenção da segurança, fiança da paz. O conceito de segurança funcionava como o ferrolho da guerra. Enquanto se garantisse a segurança de cada um dos lados, a guerra era evitável. A segurança buscava o equilíbrio. Sendo a guerra consequência do poder, a segurança, pelo balanceamento de forças e a morigeração nele latente, asseguraria a paz (Baldwin, 2011, pp. 26-27).

Não obstante, a própria lógica da segurança, ou do discurso da segurança, pode clamar pela violência pura – *i. e.*, a força destrutiva –, se a sua narrativa se armadilhar da desmesura que já caracterizou a guerra total, *i.e.*, a eliminação radical do inimigo e a paz messiânica ulterior. A natureza abarcante das modernas estratégias de segurança nacional pretende responder a uma ampla conjugação de ameaças, que vão das movidas pela hostilidade humana às derivadas de fenómenos naturais, através de estratégias que visam eliminar, preferivelmente, os incubadores de periculosidade potenciais, e pode, em sequência, engendrar a quimera da proteção total (Duarte, 2010, pp. 136-146). Ora, esta lógica narrativa e concetual arrisca-se a transformar todo e qualquer perigo em uma ameaça a ser resolvida pelo mecanismo de resposta clássico da segurança, provocando o risco potencial de uma réplica de carácter bélico, a invocar, efetivamente, não a dissuasão e a moderação, mas a guerra, e até a guerra total (o extermínio total do inimigo), em detrimento da paz.

Observe-se, todavia, que a quimera da segurança total, ao expor o adversário como pura desordem, passa a habitar na dicotomia ordem-desordem, na oposição entre o eu-ordem e o outro-desordem, propiciando uma estrita lógica coativa e em consequência, uma dinâmica belígera pantagruélica. Nesse sentido, talvez se deva olhar com mais profundidade para o discurso sobre a democracia que hoje domina a racionalidade política no ocidente. A democracia, supostamente assegura a pluralidade de ideias e a liberdade de expressão. Em boa medida isso é, em parte, verdade, mas como refere Vlassopoulos (2010, pp. 35-39), os clássicos conseguiam debater as virtualidades dos diversos regimes – monarquia, aristocracia e democracia – em pé de igualdade, reconhecendo em cada um deles vantagens e desvantagens.

gens, enquanto para muitos dos ocidentais contemporâneos só um regime tem legitimidade política, a democracia, porquanto só ele exprime a vontade absolutamente livre do indivíduo – se é que isso existe de facto? Não será isso outra forma, à sua maneira, de totalitarismo, a convocar quimeras belicistas?

Intrínseco a todo o discurso em redor da segurança está uma questão – a vulnerabilidade, com o seu corolário, a fragilidade existencial – e um problema, o outro, a relação com um outro, assim como uma resposta, a emancipação, emancipação que pode ser tanto de um como dos dois lados, espelhando o potencial muito abrangente do conceito, entre a coação e a cooperação – em suma a partilha, a participação de todos, a comunhão coletiva⁵.

“Uma teoria de segurança derivada da teoria crítica concebe a segurança como um processo de emancipação. (...). A emancipação concerne à libertação do povo, dos grupos e dos indivíduos, de constrangimentos físicos, sociais, económicos ou políticos, que os impedem de livremente escolherem o que desejam fazer” (Bilgin, Booth, e Jones, 1998, p. 153). Também para Ole Weaver “a segurança é a busca de libertação relativamente à ameaça e resulta da interação entre as vulnerabilidades de uma unidade e as ameaças que a mesma enfrenta” (citado em Brandão, 2002, p. 46). Bruno Cardoso Reis observava igualmente, muito recentemente, que há uma íntima relação entre segurança e emancipação, “a capacidade de viver livremente sem violência ou ameaça dela” (Reis, 2019, p. 12).

Central à questão da emancipação está a resposta à vulnerabilidade. Vulnerabilidade e emancipação estão no núcleo da relação de um com um o outro, ou melhor, da relação entre dois “eus/outros”. Com efeito, como bem observa Ana Paula Brandão, não se pode deixar de pensar a segurança no quadro da interdependência entre os atores, numa lógica englobalizante, multissetorial e multinível (2002, pp. 42-46), que se inscrevem como já observou na própria matriz originária do uso do termo nas relações internacionais. E como se observa igualmente, a dimensão cooperativa e coletiva evidenciam a íntima relação das questões de segurança com a interação entre dois “eus/outros”. Ora, a estratégia alicerça-se na interação entre o eu e o outro, tendo como questão a resposta à vulnerabilidade da existência vital.

5 Parece-me que a palavra comunhão será central a uma comunidade a vir. Só uma efetiva dinâmica de responsabilidade, que no seu sentido único e exclusivo e mais profundo é sempre responsabilidade para com o outro, para ser realmente real, perdoe-se-nos o pleonasma, e que brota do mais profundo do amor, pode, por conseguinte, criar partilha e comunidade, tornando fazível uma verdadeira paz. Esta, como a comunidade, que lhe é basilar, tem de habitar na participação e na partilha, só assim podendo viver e usufruir da palavra, em suma, só na comunhão efetiva se pode fundar uma verdadeira comunidade.

3. A Natureza da Estratégia

O conceito de estratégia, ao contrário do termo *estratego*, vindo da Grécia Clássica, é recente, recuando o seu uso, no máximo, aos princípios do século XVIII, só se vulgarizando esta palavra, em diversas línguas europeias, para os fins desse século (Coutau-Bégarie, 1999, pp. 59-60). A introdução desta palavra no discurso militar, campo de onde emerge, correlaciona-se com o desenvolvimento de verdadeiros exércitos nacionais, que ampliam ingentemente os efetivos e passam a operar com diversos corpos autónomos que se combinam para travar a(s) batalha(s) decisiva(s). A parturição de uma etapa intermédia entre o comando político ou político-militar e o combate (com que lida a tática) é um dos elementos que explicam o nascimento da estratégia. Até ao século XVIII, em geral, o comando militar – ou político-militar para se ser mais correto, considerando que quando a liderança não pertencia ao chefe-de-Estado, incumbia a alguém a quem o primeiro diretamente delegara os seus poderes e em consequência, detinha o poder político-militar – conduzia e liderava a ação tática diretamente. Com o desenvolvimento dos exércitos de massas, e com a divisão das forças em campanha em diversos corpos, que podiam até conduzir operações distintas mas combinadas, tornou-se imperativo estabelecer uma etapa intermédia entre a ação tática e a racionalidade política: criou-se a estratégia (Duarte, 2011, p. 68; Duarte, 2013, pp. 50-51). A estratégia nasceu como uma ponte entre a política e o propósito da guerra (Gray, 2010), que a tática deve alcançar ao sobrepujar o inimigo no combate. Da complexidade do duelo bélico brotou a estratégia.

Mas a elaboração de uma racionalidade estratégica, de um pensamento estratégico desenvolveu-se em tensão sobre duas trajetórias que lhe subjazem, uma mais abrangente que a outra, e que hoje, dependendo da escola, a constituem. Por um lado, há o modelo para o qual a estratégia é “a arte e a ciência de desenvolver e empregar instrumentos do poder nacional de modo sincronizado e integrado para alcançar objetivos de teatro, nacionais e ou multinacionais” (U. S. Department of Defense, 2001, p. 514), ou “a prudente ideia ou conjunto de ideias para empregar os instrumentos do poder nacional de maneira sincronizada e integrada para alcançar objetivos no teatro de campanha, nacionais e/ou multinacionais” (U. S. Department of Defense, 2019, p. 208). Este modelo, ainda que de uma forma mais elaborada pode ser encontrado igualmente em Abel Cabral Couto, um estrategista sénior da escola estratégica portuguesa: “a ciência e arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar os objetivos, e gerar, estruturar e utilizar os recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objetivos num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (ambiente agónico)” (Couto, 2004, p. 215). O que subjaz a este primeiro modelo é a relação íntima entre a estratégia enquanto ação, enquanto práxis – a subordinação do pensamento à ação ou a sobredetermi-

nação da ação sobre a teoria, como se esta daquele tivesse que partir – e a entidade que a subordina, a nação e a política, ou na perspectiva mais lata de Couto, uma organização que possa desenvolver estratégias, e o autor, claro está, pensa no poder económico e nas grandes organizações económicas, que na verdade, seja referido, pela sua influência na sociedade, são também organizações políticas. A estratégia, neste sentido, seria uma forma de pensar o agir, a partir do próprio agir, em suma, uma práxis, que visa sobrepujar a oponência que entidades nacionais, estatais e outras formas de organização enfrentam.

Todavia, subjaz a esta racionalidade uma outra, que a ultrapassa, sem que dela não deixe de fazer uma muito relevante parte. É que pensar e agir sobre um antagonista implica elaborar uma leitura abrangente e englobante da realidade, sistémica e como hoje se afirma, holística. Toda a racionalidade estratégica desde a sua origem está de algum modo ancorada num pensamento integrador e abrangente, que se foi expandindo a novas realidades conforme os atores em digladição foram alargando as áreas de ação com as quais dirimiam a sua conflitualidade hostil. O alargamento das áreas em que a conflitualidade hostil e a guerra – como seu sempre possível corolário – agiam, implicou a dilatação da estratégia, que se foi subdividindo em campos de atuação específicos. Como observou Edward Mead Earle (*apud* Ekbladh, 2011, pp. 117-18 e 124) nos anos 30, a “nação em armas” era um conceito de amplo amplexo, que impunha o desenvolvimento de uma “grande estratégia”, que integrasse a componente militar e diplomática e coordenasse os diversos ramos das forças armadas e do governo, nomeadamente no campo da mobilização moral e do levantamento económico. Seja através do conceito de “grande estratégia”, desenvolvido pelos diversos países de matriz anglo-saxónica, seja por via do conceito de “estratégia integral” ou geral, implementado pela escola francesa e pela escola portuguesa, a estratégia é, como diz, John Lewis Gaddis, uma “disciplina ecológica”, que tem a habilidade de ver todas as partes de um problema e relacionando cada uma com as outras, considerando o objetivo, saber agir concertadamente, sobrepujando a oposição que o desafia, para o alcançar (Gaddis, 2009, pp. 9 e 16). Ou como afirma um Atlas de Estratégia, a segurança global implica uma estratégia integral, um engajamento integrado e coordenado com múltiplas valências (Tetraís, 2008, p. 31).

Esta forma de pensar fez a estratégia tornar-se também o modo de ler a competição agónica, a conflitualidade e a guerra de uma forma científica que ultrapassa a mera práxis e a torna um pensamento teórico-filosófico sobre aqueles objetos de estudo. Tal não significa negar a ação ou desprezar a prática, bem pelo contrário, trata-se de fazer convergir as duas dinâmicas, inter-relacionando-as e integrando-as, cada uma suportando a outra.

A estratégia edificou-se igualmente, por via da sua práxis, como uma ciência de pensar a conflitualidade intra-humana – e os seus corolários, a conflitualidade

armada e a guerra. A estratégia é uma ciência para a ação, mas a ação precisa de reflexão e a teoria transforma um saber instintivo em saber científico observava Coutau-Bégarie (2009, pp. 17-18). Nesse sentido, diz Pezarat Correia, com Clausewitz – mas na realidade como todo o primeiro pensamento estratégico – o estudo da guerra deixa de pensar esta de uma forma escatológica, cataclísmica, transcendente ou sobrenatural ou naturalista – para os quais a guerra ou advinha de um castigo divino ou de uma natureza propensa à violência – para o estudar de forma científica, sistematicamente com os instrumentos da filosofia, ao originá-la na política e na vontade racional do homem, tornando-a um objeto social (Correia, 2017, pp. 28-38).

Este salto concetual de uma ciência praxística a uma ciência teórica, todavia, não deixa de ser crucial para informar a prática estratégica de uma forma muito mais abrangente e integrada, na verdade, com vista a dar-lhe robustas ferramentas com que agir sobre a realidade, porquanto o fito da ação estratégica, e para isso serve o estudo profundo da realidade agónica, procura remoldar sempre o advir; como afirma Colin Gray, visa dotar o estrategista de inteligência para confeccionar a realidade a seu favor, “manipulando duas moedas, num processo quase alquímico, o efeito militar e o efeito político” – considerando políticas as dimensões económicas, sociais, diplomáticas, etc. –, para produzir o efeito estratégico, que conduzirá ao propósito político delineado (Gray, 2010, p. 7), conrindo ao estrategista, diz Coutau-Bégarie (2001, p. 787), uma paleta larga de meios e modos de ação. Por outras palavras, a estratégia atua sobre o devir, procura moldar o futuro, pensando-o prospectivamente, auferindo para isso de uma vasta paleta de instrumentos com que reconfigurar o que se almeja para o amanhã. Este modo de agir, estruturante do devir, impõe-lhe um conhecimento amplo, abrangente e integral do real e das suas possibilidades, o sobrepujamento das vulnerabilidades próprias e o aproveitamento das alheias, a edificação de capacidades que assegurem os objetivos pretendidos a médio e a longo prazo.

Modelar a realidade, alicerçada no conhecimento científico e tecnológico, comporta assim a dimensão demiúrgica, que se viu, caracteriza a humanidade hodierna. Esta racionalidade está contida em todas as definições de estratégia (ver infra): mobilizar a ação (e os recursos que lhe são adjacentes), o próprio conceito já aporta a ideia de futuro, visando alcançar determinados objetivos, superando a oposição (ou seja, reconfigurando o que há a advir), o que evidencia a sua natureza demiúrgica – capacitar o homem para não habitar segundo a natureza, mas segundo a cultura, forcejando aqueloutra a servir os seus objetivos. Para isso a estratégia encontra um grande obstáculo, não a natureza, pese a sua própria dinâmica, que em determinadas alturas pode ser muito problemática, mas a cultura, o oponente de toda a estratégia é outra estratégia de outro ator humano. O jogo demiúrgico alça-se neste quadro a níveis de complexidade extraordinariamente intensos.

Com efeito, o objeto da estratégia não é um conjunto de unidades, mas um oponente recalitrante (Brodie, 1965, p. 5). A dimensão oponencial e a lógica conflitual são elementos axiais da estratégia (Hoffman, 2014, p. 479). O outro surge como dilema e como inimigo por que “o que vive, choca, tem dentes e arestas é espesso” (Bessa-Luís, 2012, p. 28). A estratégia trata assim da conflitualidade hostil num ambiente oponencial, paroxístico e intensamente agónico, e em que dois oponentes se digladiam, procurando em simultâneo coagir e resistir à coação, visando propósitos antagónicos.

Raramente se tem feito notar que toda a arte da guerra, tal qual todas os saberes dela dimanados, como a estratégia e a tática, se alicerçam no conhecimento. São um ato cultural, por paradoxal que pareça e, em muitos casos, peças fundamentais da cultura em muitas civilizações, algo que nos deveria fazer pensar melhor sobre a natureza da guerra. Esta verdade, quase que dir-se-ia irredutível, e tantas vezes de forma inconsciente expressa nas mais variadas artes, da literatura ao cinema, por razões obviamente ideológicas e por preconceitos culturais, tem sido quase sempre ocultada. E, todavia, se há saber que tem implicado um elevado grau de estudo e de aprofundamento do conhecimento tem sido a arte da guerra, quer no que se refere ao seu estudo teórico, quer, por clarividentes razões, quanto à sua prática. Já dizia Sun Tzu (2006, p. 65) que o chefe de Estado tinha de dedicar-se aprofundadamente ao estudo da arte da guerra sob pena de sofrer terríveis consequências se nele não se aplicasse seriamente. A estratégia, como realça Coutau-Bégarie (1999, pp. 73-4) tem como primeira característica ser uma “dialética de inteligências. A profundidade do estudo resulta de o estrategista defrontar outro estrategista, dinâmico e complexo, que o questiona e manobra para lhe condicionar a sua liberdade de ação”.

Todo o excuro sobre a ideia de estratégia até aqui elaborado tem, dir-se-ia como efetiva substância ontológica, o propósito de evidenciar que no cerne do pensar estrategicamente e do elaborar estratégico está a relação com o outro, não enquanto mera ideia abstrata, mas um outro ou outros concretos, substantivamente existentes e reais. Com efeito, a estratégia não age sobre coisas ou ideias, no estrito sentido, mas sobre outros reais, concretos e vivos, possuidores de coisas e habitados por ideias próprias. A esta ideia ainda mais se complexifica quando pensarmos que a estratégia, na realidade, são duas ou mais estratégias que colidem e se encontram umas com as outras no processo em que cada agente pensa estrategicamente e desenvolve uma ação estratégica com o fito de constranger a estratégia do outro (e vive versa), constrangimento esse que tanto pode ser produzido pela coação como pela cooperação ou a partilha, dependendo da capacidade que cada um tem de moldar o comportamento do oponente. A estratégia visa agir sobre os comportamentos humanos, em suma, tem por objeto da ação os indivíduos na sua inteireza. O conhecimento do outro é por isso um vetor fundamental para o efetivo desenrolar de uma estratégia. Parece, todavia, que nem sempre esta dimensão do outro tem

sido valorizada na elaboração de uma estratégia. Nuno Lemos Pires dá-nos um indício de que na cultura estratégica anglo-saxónica, o alcançar de objetivos e os métodos para os atingir – as modalidades de ação estratégica reduzem-se aos termos “ways, means and ends” –, esgotam a ideia de estratégia, como se observou anteriormente. É visível, assim se julga, que, no quadro de documentos institucionais, nos Estados Unidos da América a estratégia se configura como um pensamento e uma ação que se estrutura em redor de objetivos, de meios e de caminhos, sem ter em consideração a presença do outro nessa equação, a não ser de forma indireta, quando algo ou alguém se opõem aquilo que se almeja. Pelo contrário, para escolas de estratégia exteriores ao mundo anglo-saxão, a ideia do outro, do outro a sobrepujar, é um dos elementos essenciais da ação estratégica (Pires, 2018, pp. 68-9). Como observou Abel Cabral Couto (2017) a questão do outro é axial à estratégia, porquanto no âmago tem a questão da sobrevivência do ser (ou por outras palavras, da possibilidade vital de alguém poder vir a ser). A estratégia, já se examinou, é um jogo de oponentes. Opera em terreno que oferece resistência que advém, mais do que o terreno físico, do oponente. É um duelo que se configura como uma dialética, em que opera, como bem viu Clausewitz (1994, p. 89), a paixão, a imaginação e a criatividade, a razão (a ponderação).

Um filósofo observa que o outro, o verdadeiramente outro, só pode ser um transcendente outro, o que está para lá de todas as categorias reconhecidas, e que desponta como outro pela sua negatividade, todavia esta sendo essencial à alteridade e ao reconhecimento do que está para lá de si (Han, 2018). O outro com que se confronta o estrategista, aquele que se configura como estando para lá de todas as categorias conhecidas, que desafia toda a mundovisão que arquiteta a realidade em que um se reconhece, esse outro tem uma figura, a figura do inimigo. O inimigo é por excelência o transcendentemente outro, aquele que parece estar para lá de todas as possibilidades de entendimento, e que só o desenvolvimento de uma certa ciência pode permitir compreender: só se vence compreendendo tanto o jogo do adversário, quanto o meu, como já tinha assinalado Sun Tzu – aquele que não se conhece nem a si, nem ao inimigo sucumbirá face a este, mas o que se conhece a si e ao inimigo, abaterá sempre o seu antagonista (Sun Tzu, 2006, p. 84). Todavia, o (re)conhecer do inimigo é uma porta aberta para uma mudança radical na lógica da interação estratégica. A estratégia é um instrumento de dois gumes ou de duas faces, e ambas passam pelo (re)conhecimento do inimigo: aniquilação ou comunhão são as duas faces da estratégia (Duarte, 2013, p. 58): porque moldar o futuro tanto pode acontecer sobrepujando o inimigo quanto cooperando com o adversário para um devir desejado pelos oponentes.

E esta distinção passa, na contemporaneidade, também pela lógica da segurança: se procura como outro partilhar a segurança, segurando ambos, ou se visa segurar-se a si eliminando o outro. Todavia, uma ressalva é necessária. Neste processo, o outro

tem sempre uma palavra, tal qual na guerra, o pensamento e ação do oponente tem de ser tida em consideração para qualquer dos caminhos que se persegue.

Com efeito, o (re)conhecimento do inimigo enquanto outro é uma construção da contemporaneidade. O reconhecimento do inimigo enquanto outro só pode emergir quando a guerra se humaniza e se reconhece ao adversário um estatuto similar àquele que o combate, quando, como observou Correia (2017, pp 28-32), a guerra é lida como um ato da vontade e da racionalidade humana, um fenómeno social, e não uma oposição entre ordem e desordem e que estatui o inimigo como alguém no exterior de qualquer ordem política e evado de potencial malignidade. O reconhecimento do inimigo só pode parturir-se com uma lógica da interação inerente à que foi teorizada por Clausewitz com o conceito de guerra absoluta, baseada na dialética entre dois oponentes que se digladiam em termos simétricos do ponto de vista da sua entidade humana. Clausewitz refere que a guerra é uma ação recíproca, que em teoria deve levar aos extremos, é o primeiro caso de interação, e o primeiro extremo; uma colisão de forças vivas, de novo uma interação, de modo a que enquanto o oponente agir, nenhum dos agentes tem o controlo, e cada um pode ditar ao outro a sua vontade, é a segunda interação e o segundo extremo; o que implica o uso da força, de toda a força e de toda a vontade que cada um tem, e em consequência, a competição força ambos a encaminhar-se para o extremo, é o terceiro caso de interação e o terceiro extremo (Clausewitz, 1994, pp. 76-77). Toda a guerra absoluta, a guerra segundo a sua própria identidade é, portanto, uma interação, uma ação recíproca, e em consequência, um permanente jogo de contraposições entre dois oponentes (Clausewitz, 1994, p. 77), dois “eus”, que veem o seu opositor como um outro, o verdadeiramente transcendente outro, considerando que este espelha uma leitura do mundo fora do quadro categorial de cada um, mas em que cada um reconhece ao outro a sua dimensão humana vital – na exata medida em que a lógica da guerra absoluta habita na simetria entre os dois oponentes e na vontade, paixão e racionalidade que lhes é inerente, tornando-os criaturas humanas.

É a interação, ou seja, o jogo de reciprocidade e de contraposição entre duas forças vivas, dotadas de vontade, que encaminha a guerra para a famosa fórmula. A guerra é a continuação da política com outros meios à mistura, a guerra é um instrumento da política, a continuação de inter-relação política com outros meios (Clausewitz, 1994, p. 87). A estratégia brota da guerra absoluta, ergue-se do jogo interacional, da dinâmica da reciprocidade, alicerçado na dialética de inteligências e de vontades, desponta o (re)conhecimento do inimigo como outro, o transcendentemente outro, que assumidas a sua categoria de personalidade pública, só pode ser um ator político, inserido num quadro comunitário próprio e procurando objetivos específicos a si. “Um processo onde há dois lados, cada um prosseguindo objetivos e interesses próprios” afirma Milos Vojinovic (2013, p. 428), ao criticar a

leitura de Christopher Clark, sobre a eclosão da Primeira Guerra Mundial, opondo uma civilizada e sofisticada Áustria-Hungria a uma atrasada e bárbara Sérvia, ironicamente uma ótica que tende a despertar, por via de uma oposição entre ordem e desordem, as dinâmicas beligeras. É a intrínseca politicidade do inimigo que, paradoxalmente, tanto permite à estratégia o derrubar, entendendo-lhe as manhas, condicionando assim a sua liberdade de ação, como com ele dialogar, descobrindo nexos de comunidade que evacuem o espetro da coação armada. Dependendo da dialética da interação, cada um dos oponentes, cada outridade, pode manusear a vasta paleta de possibilidades, que do aniquilamento à comunhão, constroem a metodologia da estratégia.

A estratégia visa assim, através da interação com o outro, moldar o oponente de forma a esvaziá-lo como vetor da vulnerabilidade de quem a procura configurar. Porém, sendo esse outro um ator com vontade e deliberação, tenderá a resistir a essa modelação, procurando por sua vez configurar quem o pretende modelar, produzindo uma interação entre coação e anti coação – na forma de guerra e de ascensão aos extremos – mas sendo a estratégia uma dialética de inteligências, como já foi observado, a busca de uma resolução do conflito pode adquirir outra fórmula que passa também pela interação – a de progressivamente se chegar a um entendimento sobre aquilo que pode ser visto como uma segurança comum. Nesse sentido, a estratégia tanto serve a segurança através da guerra ou da ameaça de guerra – constringendo, coagindo ou eliminado o outro como vetor de vulnerabilidade – como através do entendimento pela cooperação e pela coletivização da segurança de ambos os adversários. Para isso a estratégia desenvolve um pensamento e uma ação sequencial, que interagindo com um outro, promova para um dos atores ou para ambos – e esta dinâmica depende da lógica conflitual da interação entre os controversos atores – a sua segurança, esvaziando as vulnerabilidades existentes, assegurando a sua emancipação, ou seja, possibilitando a um ou a ambos o poder ser vitalmente o que almejam ser.

Exige-se por último uma muito relevante observação. Na exata medida em que cada ator procurar moldar o outro, ele próprio se tem de obrigar a modelar-se a si próprio, com vista a extrair de si os meios e recursos necessários à modelagem, necessariamente extenuante, devido à resistência que o adversário lhe oporá. Toda uma linguagem criada no século XX em torno do potencial estratégico nacional e da mobilização nacional espelham esse processo. Ou como observa Hervé Coutau-Bégarie (2009, pp. 75-79), a decisão estratégica assenta sobre quatro dinâmicas, duas preparatórias – observar e orientar – e duas ativas – decidir e agir. Com efeito, para moldar o adversário tenho de criar meios e pensar ações. Para escapar ao aniquilamento tem de se explorar novos caminhos (Hanson, 2011, p. 181), e incorporar ideias e enfoques não convencionais, para o inimigo (Hanson, 2011, p. 180). Nesse sentido, a estratégia não visa só modelar o oponente, como moldar o próprio ator

que a produz, de acordo consigo próprio, com vista a dotar-se de capacidades para poder efetivamente configurar o adversário. Modelar o inimigo, o adversário, o oponente é moldar-se a si próprio, e também a partir daqui imensas virtualidades despontam para que essa modelação da realidade possa ir da coação à cooperação, reconfigurando o mundo, ou pela eliminação do outro ou pelo esvaziamento da vulnerabilidade segurando-se a si próprio e ao outro.

É neste sentido que tem lógica agora falar de estratégias de segurança energética.

4. Estratégias de Segurança Energética

Richard Youngs disse há algum tempo que a segurança energética tem sido lida por dois prismas: ou o dos mercados e instituições ou a da geopolítica (regiões e impérios). O autor refere que para alguns analistas, a estratégia de diversificação desenvolvida pelos países ocidentais engehou uma grande plasticidade nos mercados energéticos fazendo com que a lógica do mercado sobredeterminasse todas as outras dinâmicas da energia. Esta ideia teria ocultado o papel e o poder das regiões e dos impérios na gestão do mercado energético – o ocidente seria culpado de complacência – e a relevância da geopolítica para a problemática da energia, nomeadamente no que se refere à militarização e securitização dessa problemática (Youngs, 2009, pp. 6-8). Para este texto interessa sobretudo a dicotomia entre mercados e geopolítica. Os mercados são essenciais na exata medida em que, em geral, há um desfasamento entre grandes consumidores e ingentes produtores. Uns demandam, outros ofertam, procurando cada um que o seja feito da forma mais vantajosa para si. Essa relação gera dinâmicas de vulnerabilidade que permeiam a relação de atritos potencialmente conflituais.

Introduz-se assim, como se vê, a questão estratégica. Estamos a falar de uma interação entre dois agentes, entre um eu e um outro eu, como que espelhos de uma relação, em que cada um age em relação a um outro, no contexto de busca de vantagens que sirvam os interesses, antes de mais, de cada um deles, com os riscos de um jogo de soma nula – sem que, todavia, isso tenha que assim ser. Esta dinâmica é exponenciada pelo facto de serem muitíssimos poucos os que dispõem de acesso às fontes de matérias-primas energéticas de forma massiva, pouco mais de uma dezena de países concentram em si mais de três quartos das reservas existentes ou provadas de hidrocarbonetos (Sovacool, 2011, pp. 21).

Esta interação só adquire, contudo, uma plena dimensão estratégica, porquanto a energia é vital para as sociedades humanas e condição *sine qua non* da sua existência e desenvolvimento. Como refere Fernandes (2017, p. 73), é uma questão também central para a laboração da economia: é a condição da possibilidade de transformação material. É na verdade, a condição material da própria vitalidade existencial. A estratégia responde exatamente a questões existenciais vitais, expostas pela intera-

ção entre agentes. Seria fácil resolver a questão energética se as fontes de energia estivessem à disposição de quem delas precisasse. Ora, como se observou, produtores e consumidores são, em geral, distintos. Um bem vital tem assim de ser adquirido, numa relação entre dois agentes concretos, pelo menos, e o que transforma esta inter-relação numa questão de segurança e numa dinâmica estratégica é, por um lado, a dimensão existencial do bem em causa – estamos a falar de sistemas de energia vitais que suportam funções sociais críticas (Cherp e Jewell, 2014, p. 416) – e a necessidade de gerir um relacionamento em que cada um dos atores age em relação a outro. Não é por acaso que uma autora refere como essencial no quadro da problemática energética, a diplomacia energética e a política externa energética (Fernandes, 2017, p. 71).

Não obstante, a própria divisão internacional do trabalho entre consumidores e produtores, assimétrica, em relação à posição de cada um, torna-se simétrica, no que se refere à necessidade que cada um terá de ter do outro: um ator procura, outro ator oferece. Na verdade, cada um precisa do outro, e assim, estamos face a um jogo vital em que a reciprocidade é basilar, uns pretendem vender a bom preço, outros adquirir a preços razoáveis, desenvolvendo um balanceamento simétrico entre produtores e consumidores (Fernandes, 2017, p. 73). Este balanceamento simétrico torna a questão da energia num “bem comum” na medida em que cada parte incorpore os interesses da outra parte (Fernandes, 2017, p. 67), o que como vimos é um vetor axial da ideia de segurança coletiva. Também Sovacool (2011, p. 33) reconhece que a energia tem a característica de ser um bem comum, com todas as características para ser uma política pública.

A comunidade de segurança existe considerando o interesse de todas as partes e as garantias para cada um de que os seus elementos mais vitais estão salvaguardados (supra). Ora, caso isso não seja viável, ou melhor, caso alguns dos atores percecionem a ação alheia como pondo em causa a sua dimensão vital, amplia-se o risco de uma ação coativa com o propósito de algum deles se proteger. Essencial à resolução de qualquer crise está a leitura que cada um faz do outro, campo por excelência, como já se observou, da estratégia (supra).

Ajunta-se a esta realidade já complexa, uma ainda mais fulcral para a sobrevivência da humanidade. A grande contradição desta era reside no facto paradoxal de que as enormes virtualidades que a energia aportou à existência humana significarem igualmente uma colossal ameaça à própria vida humana e ao desenvolvimento da civilização e da cultura. A energia foi um instrumento fundamental para a humanidade sobrepujar a natureza, dotando-se de capacidade de a manipular a níveis cada vez mais complexos, para os quais, todavia, a revolução energética foi imprescindível ao dar imensa potência às capacidades humanas. Nesse sentido, a revolução energética, sustentada na revolução científica e tecnológica, fundou uma humanidade demiúrgica. Contudo, como que respondendo a essa *hybris*, a natu-

reza, nesse próprio processo, criou dinâmicas que podem levar a humanidade ao abismo.

Não são só as alterações climáticas a espelhar esta evolução. Desde 1945, quando se pôde manipular os átomos (a fissão do átomo)⁶ para pôr ao serviço do homem a energia nuclear, que a humanidade percebeu pela primeira vez que poderia ser como um todo mortal. Os arsenais nucleares trouxeram para o tablado humano a possibilidade de aniquilação da humanidade. A morte deixou de ser individual para poder passar a ser da própria humanidade. Pode-se mesmo dizer que neste tempo – os últimos cem anos – se vive sob o “signo do aniquilamento”, como se as promessas de perenidade que a ciência moderna e a imensa capacidade tecnológica e científica que a humanidade engendrou tivessem de ser acompanhadas por uma situação e uma sensação de que tudo pode perecer igualmente a qualquer momento, no meio de uma colossal catástrofe. Neste sentido veja-se a teoria/mito da singularidade, com alguns autores a vaticinar que a inteligência artificial asseguraria a imortalidade ao ser humano, ironicamente, com teses que partem da possibilidade de uma nova humanidade sobressair dos escombros da extinção da primitiva, a atual.⁷ Com efeito, a ideia de aniquilamento da humanidade encontra-se exposta em múltiplos textos, falando alguns autores de estarmos a viver já a sexta extinção, antropogénica, porque uma extinção da vida natural e quiçá humana produzida pela própria humanidade (Kolbert, 2014). E não é de agora. Durante a Guerra Fria, a ameaça de um inverno nuclear e do fim da humanidade assoberbou as mentes humanas como um todo.⁸ Os prenúncios são hoje pelo menos tão assustadores como nesse período e neste quadro, a questão energética é axial, porquanto são as emissões de gás com efeitos de estufa produto dos recursos energéticos que queimamos que induzem às alterações climáticas e ao aquecimento global. Ora, também aqui, e de forma mais radical, a dimensão vital da energia é evidente. Mudan-

6 O princípio sobre o qual assenta a energia nuclear pode ser encontrado, por exemplo, em EIA (2019).

7 Ver Ganascia (2017), principalmente pp. 132-144, para uma leitura crítica sobre a ideia positiva da catástrofe na teoria da singularidade. Veja-se igualmente Oliveira (2019, pp. 96-97 e 104-7), para uma leitura mais positiva da teoria da singularidade.

8 Dois filmes da década de 80 do século XX, num período bastante acerbo da Guerra Fria, espelham esta inquietação. *The Day After*, 1983 [filme], Estados Unidos da América, realizado por Nicholas Meyer. Veja-se uma referência a este filme em IMBb, disponível em <https://www.imdb.com/title/tt0085404/>. E *Threads*, 1984 [filme], Grã-Bretanha, realizado por Mick Jackson. Veja-se uma referência a este filme em IMBb, disponível em https://www.imdb.com/title/tt0090163/?ref_=fn_al_tt_1.

Em ambos os filmes, uma guerra nuclear arrasava completamente a humanidade. Mas para o que interessa para este texto é que eles espelham o sentimento generalizado no Ocidente, á época, do que seria uma guerra nuclear e quais as consequências que se esperavam da Guerra Fria em curso.

ças gerais no equilíbrio ecossistêmico planetário podem ser, a partir de determinado momento, absolutamente cataclísmicas: desertificação dos territórios onde hoje se situam as grandes florestas tropicais, temperaturas de 50°, em média, em grande parte da Europa, anoxia e acidificação dos oceanos, subida do nível das águas dos oceanos, etc. (Lynas, 2007, pp. 117-123 e 208-210).⁹

Está-se agora, em condições, de expor a interligação profundíssima entre energia, segurança e estratégia: sendo a energia um elemento vital para as sociedades, esta tem um carácter existencial que justifica a sua securitização e a sua estrategização, tendo em conta, que num quadro de desfasamento entre consumidores e produtores, se desenvolve uma interação axial entre dois agentes, cada um relacionando-se com um outro, no contexto de desafios existenciais e de riscos associados a percepções erróneas que justifiquem ações coativas. Acresce a esta dinâmica, já complexa, os riscos associados às transformações climáticas induzidas pelo consumo de energia e que igualmente exigem uma relação entre os vários atores, todos eles procurando assegurar que o combate às alterações climáticas não interrogam o seu desenvolvimento, outro elemento vital numa equação em que interagem vários agentes, cada um com interesses específicos.

A dimensão vital da energia, em todos os sentidos aqui expostos, e a complexa relação dos agentes que nela intervêm, induz à multidimensionalidade da segurança energética. Na verdade, na energia intervêm múltiplos atores, tornando esta questão um verdadeiro desafio emaranhado, que obriga a desenvolver estratégias complexas. A dimensão vital contemporânea da energia advém, quer da sua relevância para o desenvolvimento económico e social, quer pelo impacto que esta tem no clima, no aquecimento global, nas alterações climáticas e na sustentabilidade da existência da humanidade. Estes são desafios adicionais a que uma estratégia de segurança energética tem de responder.

Com efeito, por um lado, na problemática energética intervêm muito atores. Há que ter em consideração o vasto conjunto de saberes a que se deve fazer apelo: económico (comércio e indústria); financeiro (financiamento e especulação financeira), científico e tecnológico (diversas engenharias – mecânica, informática, civil, naval, etc.; geógrafos; etc.), político (legislação e regulação); mediático (informação e opinião pública); estratégico (geopolítica, diplomacia, segurança e defesa). Isto sig-

9 Paradoxalmente, por sua vez, a ciência e a tecnologia pode engendrar um outro fenómeno tão radical quanto a própria extinção, a “desextinção”, considerando a capacidade que a biotecnologia poderá vir a ter de preencher os vazios necessários não só a conservação, mas também a reintrodução e reprodução do extinguido (Hoekstra, 2014). Em qualquer dos casos, há imensos riscos associados aos processos de manipulação biológica, o que releva a relevância de um pensamento estratégico na elaboração destes desenvolvimentos. E como parecerá óbvio, continua-se sobre determinado à lógica da humanidade demiúrgica e sobre o signo do aniquilamento.

nifica igualmente que o número de atores que influenciam a segurança energética é muito vasto (órgãos dos estados, empresários, jornalistas, cientistas, militares, etc.). Estamos a falar de uma área interdisciplinar e transdisciplinar. Baumann refere (2008) quatro áreas de saber e quatro conjuntos de atores intervenientes na segurança energética: 1) política; 2) económica; 3) geopolítica; 4) militar. Fernandes (2018, p. 69) refere por sua vez também quatro elementos a considerar numa estratégia de segurança energética: 1) segurança; 2) política externa; 3) política doméstica; 4) política económica. Sovacool fala das dimensões económica, ecológica e ambiental, social, geopolítica e militar (2011, pp. 14-17). As estratégias de segurança energética tendem a assimilar a leitura multidimensional e multifacetada da estratégia. Com efeito, observa Wisniewski (2014, p. 76) no que toca à segurança energética, a multidimensionalidade do setor energético (e seus efeitos globais e climáticos) implica a multidimensionalidade da segurança energética.

Tal acontece porquanto toda a dimensão vital e existencial da vida, onde se inclui, como se procurou demonstrar, a questão da energia, é um fenómeno totalizante. O que toca na sustentabilidade da vida tem de mobilizar toda a vida, todas as dimensões da vida, e tal qual, tende assim a tornar-se um problema de segurança, e em consequência a exigir uma resposta estratégica. E hoje, a relação entre energia e alterações climáticas implica efetivamente que se está a referir uma realidade existencial, tendo no horizonte a própria supervivência da humanidade.

Se esta situação não teria acontecido por um longo período da história, deriva de, realmente, por muito tempo, a endogeneização e em consequência a disponibilidade dos recursos energéticos não lhes conferir uma dimensão existencial e estratégica – eles estavam disponíveis e eram facilmente acessíveis. Ademais, a extração desses recursos não tinha grandes efeitos no equilíbrio ecossistémico planetário porquanto a sua potência energética era parca e pobre, espelhando-se na diminuta produtividade das sociedades humanas: pobreza combinava-se com uma economia fundamentalmente natural e com débeis impactos no sistema planetário; o que não quer dizer que não se pudessem produzir em ecossistemas mais localizados efeitos antropogénicos catastróficos.

A problemática energética enquanto realidade existencial tornou-se assim, como que um fenómeno integral, em que as relações de uns atores com os outros são essenciais. Impôs, tal qual é apanágio da estratégia, uma ação de largo espectro, com a manipulação de uma vasta paleta de meios e modos de ação, com vista a atingir o desiderato de cada um dos intervenientes no processo, em princípio, seguindo-se o princípio da reciprocidade, com ganhos mútuos para os diversos parceiros. Esta ampla paleta de meios e modos de ação possibilita criar pontes de entendimento entre os intervenientes, que assegurando mútuos ganhos para todos, permite que a energia flua com uma cada vez maior sustentabilidade para a Terra. Todavia, é importante realçar, que sendo vital, e podendo representar sempre um risco, erros de apreciação e leituras

enviesadas – que deveriam ser obviadas – podem fazer evoluir essa interação para paragens onde predominem, não os benefícios mútuos, mas a coação e a violência bélica. A questão energética, sendo um fenômeno integral, porquanto existencial, é também e por isso, um horizonte onde tanto pontua a vida como a morte. A cada um dos agentes, relacionando-se com o outro, cabe agir estrategicamente, ou seja, politicamente, mobilizando a paleta de meios e modos de ação, com os quais se possa almejar um justo intercâmbio; ou no limite, se tal não for garantido, a coação necessária para que cada um deles se possa sentir seguro.

Conclusão

A segurança energética é atualmente pensada em termos estratégicos. Três termos – estratégia, segurança e energia – que se fundem numa ação de grande amplexo com vista a garantir a sustentabilidade da energia necessária para que a respetiva sociedade de desenvolva e prospere. A unidade dos três termos resulta, no essencial, de uma intrínseca situação. Sem energia não há vida, e sem os fluxos energéticos necessários à sustentabilidade das sociedades, estas definharão e morrerão. A segurança energética é existencial. E é essa dimensão existencial, da qual deriva um sentimento de vulnerabilidade que torna a questão da sustentabilidade energética numa questão de segurança.

A segurança visa assegurar a perdurabilidade das sociedades através de medidas que a satisfaçam. Estar seguro, diz a etimologia da palavra, é estar sem problemas e sem cuidados. Garantir a segurança é providenciar para que as sociedades, no limite dos limites, estejam em paz: a emancipação como consequência da segurança resulta da paz, que por seu turno deriva das mútuas garantias que permitem a todos viver sem cuidados e problemas. A segurança pode ser provida por garantias mútuas que garantam a todos os intervenientes que não há ameaça à sua perdurabilidade. Todavia, ela também explícita que a insegurança justifica a coação em consequência de ameaças que sobre uma sociedade impendam. A dinâmica segurança-insegurança remete sempre para uma relação, uma relação com um outro, que tem de ser entendido como um transcendentemente outro, um outro fora de quadro categorial da sociedade que o defronta e que tem por esta de ser compreendido, para o bater se necessário, ou para com ele criar laços de relacionamento, e sequencialmente, de paz, preferivelmente.

Interessa aqui salientar assim que o conceito de segurança ao quebrar a antinomia guerra/desordem/derrota – paz/ordem/vitória, indutor do estado beliger permanente, tornando-se um ferrolho que permite uma relação que assegura aos diversos intervenientes a sua perdurabilidade, com base em mútuos benefícios, propiciando-se assim a obstaculização e a morigeração das dinâmicas de violência política.

A estratégia é um instrumento de interação primeiro, e de relacionamento, depois, com um outro. Trata-se em primeiro lugar de assegurar a liberdade de ação, para cada um dos jogadores, afirmando a resistência necessária que entrave a subjugação de um ao outro, o que explica a necessidade imprescindível de conhecimento do oponente, com vista a estar preparado de forma o mais eficaz possível para aparar os seus golpes; contudo, sequencialmente, este reconhecimento pode despontar como abertura para entender os argumentos do inimigo e criar pontes para o diálogo necessário à sobrepujação da violência pela paz. A estratégia deriva assim da interação inerente aquilo ao que Clausewitz definiu como “guerra absoluta”, à dinâmica de contraposições da ação recíproca e à intrínseca politicidade que advém de uma inter-relação entre dois “eus/outros”. A relação entre os dois jogadores, entre duas entidades-identidades, faz com que a estratégia tenha de mobilizar uma vasta paleta de meios e modos de ação para tornar proficiente a interação em que ambos estão envolvidos.

A energia é fluxo. A energia sempre foi fluxo. Advém da transformação. Essencial às sociedades, ela implica um relacionamento com um outro. Torna-se uma questão de segurança – vital – e uma questão de estratégia – relação/interação. Na realidade, no que respeita à dimensão societal, esta só adquire uma dimensão vital se, de algum modo, as fontes de energia não estiverem disponíveis para serem facilmente apropriadas. Isso aconteceu, em geral, enquanto as sociedades viviam uma “economia energética orgânica”, alicerçada essencialmente na mão-de-obra humana e em fontes de energia renováveis. Com o desenvolvimento industrial acelerado contemporâneo, essa realidade esfumou-se e dois fenómenos conjugados têm vindo a tornar a questão energética uma interrogação securitária: a dependência das sociedades modernas dos combustíveis fósseis e o problema climático do aquecimento global. Por um lado, o mundo dividiu-se, genericamente, em consumidores e em produtores de energia, gerando vulnerabilidades mútuas, entre os que querem adquirir e os que querem ofertar. Por outro lado, os gases de efeito de estufa podem engendrar, assim se julga, fenómenos climáticos catastróficos a médio ou a longo prazo.

Entra aqui a mais relevante de todas as dinâmicas para a contemporaneidade. A humanidade fez-se demiúrgica, penetrando profundamente nas fontes da vida e manipulando-os para a servir. Esta evolução tem na base a ciclópica transformação da energia na contemporaneidade que deu à humanidade capacidades e poderes incomensuráveis ainda hoje em dia. Mas sem que a humanidade se apercesse, também a deixou à beira do abismo, como se a manipulação da vida tivesse como preço a aproximação ao abismo da morte.

Se a dependência na equação energética já asseguraria a estrategização da energia, a natureza vital e abismal decorrente dos riscos associados à manipulação dos fluxos energéticos torna-a, imperativamente, um objeto que se tem de subordinar às

estratégias de segurança. A energia é um bem vital, do qual dependem existencialmente as sociedades, pelo que é uma questão de segurança, ou seja, de garantia de sustentabilidade, de desenvolvimento, da prosperidade e mais relevante ainda, da perdurabilidade das comunidades políticas. Como questão de segurança, em que entra a relação com os outros, as dinâmicas da segurança energética tornam-se problemas estratégicos, a serem dirimidos, ou pela negociação e diálogo, em que são acomodados os interesses de todos, ou pela coação, em que um procura subjugar o outro à sua vontade.

A questão energética transformou-se assim em estratégias de segurança energética.

Bibliografia

- Aron, R., 1976. *Penser la Guerre, Clausewitz*. Tome I, *L'âge Européen*. Paris: Éditions Gallimard.
- Baldwin, D., 2011. The Concept of Security. Em Christopher W. Hughes e Lai Yew Meng, eds., *Security Studies. A Reader*. Londres: Routledge, pp. 24-35.
- Bartolloto, J. K., 2004. *The Origin and Developmental Process of National Security Strategy*. Carlisle Barracks: U.S. Army War College. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a423358.pdf> [consultado em 2 de outubro de 2019].
- Baumann, F., 2008. Energy Security as a Multidimensional Concept. *C.A.P. Policy Analysis*, n° 1, pp. 4-14.
- Beaufre, A., 2004. *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Sílabo.
- Bessa-Lúis, A., 2012. *Breviário do Brasil*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Bilgin, P., Booth, K. e Jones, R. W., 1998. Security Studies: the next stage? *Nação e Defesa*, n.º 84, pp. 131-157.
- Bithas, K e Kalimeris, P., 2016. A Brief History of Energy Use in Human Societies (Chap. 2). Em Kostas Bithas e Panos Kalimeris, *Revisiting the Energy-Development Link*. Springer. Disponível em: <https://www.springer.com/cda/.../9783319207315-c2.pdf?...0...> [consultado em 13 de setembro de 2018].
- Boniface, P., 2017. *La Géopolitique: 43 Fiches thématiques et documentées pour comprendre l'actualité*. Paris: Eyrolles.
- Brandão, A. P., 2011. Vinte anos depois: mapeando o quadro teórico e a agenda de pesquisa dos Estudos de Segurança. Em Actas do I Congresso Internacional do OBSERVARE, *As Tendências Internacionais e a Posição de Portugal*, 16-18 de novembro, Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). Disponível em OBSERVARE [website] http://observare.ual.pt/images/stories/conferencia%20images%20pdf/S1/Ana_Paula_Brandao.pdf [consultado em 26 de abril de 2013].
- Brandão, A. P., 2002. Segurança: um conceito contestado em debate. Em Adriano Moreira, ed., *Informações e Segurança: Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*. Lisboa: Prefácio, pp. 37-55.

- Brodie, B., 1965. *General André Beaufre on Strategy: a Review on Two Books* [pdf]. Santa Monica: The RAND Corporation. Disponível em RAND Corporation [website] <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/papers/2008/P3157.pdf> [consultado em 29 de maio de 2015].
- Campos, A. C., 2018. *Russia's Energy Strategy: Challenges and Foreign Energy Policy*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Área de especialização em Globalização e Dinâmicas Regionais. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.
- Cardoso, L., 1981. Defesa Nacional – Segurança Nacional. *Nação e Defesa*, n.º 17, pp. 9-24.
- Cherp, A., e Jewell, j., 2014. The concept of energy security: Beyond the four As. *Energy Policy*, 75, pp. 415-421. Disponível em: https://ac.els-cdn.com/S0301421514004960/1-s2.0-S0301421514004960-main.pdf?_tid=b1f29f42-9ebf-4455-96d1-d0068fab88d8&acdnat=1537283567_b57ced87fdcdca7a53039e1645ad55f6 [consultado em 15 de agosto de 2018].
- Clark, C., 2013. *The Sleepwalkers: How Europe Went to War in 1914*. Nova Iorque: Harper Collins.
- Clausewitz, C., 1994. *On War*. Princeton: Princeton University Press.
- Comissão Europeia, 2015. *Para uma energia segura, a preços acessíveis e sustentável: pacote «União da energia»*. COM(2015) 80 final, PT, de 25 de fevereiro. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento. Disponível em Eur-Lex https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=legisum:1801_7 [consultado em 7 de outubro de 2019].
- Correia, P. P., 2017. *Guerra e Sociedade*. Lisboa: Edições 70.
- Coutau-Bégarie, H., 2009. *Conférences de Stratégie*. Paris: Institut de Stratégie Comparée.
- Coutau-Bégarie, H., 2000. La recherche stratégique en France. *Annuaire Français des Relations Internationales*, volume I. Disponível em: <http://www.afri-ct.org/IMG/pdf/coutau2000.pdf> [consultado em 10 de março de 2010]. Coutau-Bégarie, H., 1999. *Traité de Stratégie*, 2^{ème} édition. Paris: Economica.
- Couto, A. C., 2017. *Problemática Geral da Segurança: Uma Perspetiva*. Conferência proferida na Visita do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra do Brasil, Instituto da Defesa Nacional, 21 de setembro de 2017.
- Couto, A. C., 2015. Posfácio. Em António Horta Fernandes e Francisco Abreu, *Pensar a Estratégia: do político-militar ao empresarial*. Lisboa: Sílabo, pp. 215-230.
- Cravinho, J. G., 2006. *Visões do Mundo. As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais.
- Duarte, A. P., 2013. Estratégia: Origem e Fundamento. *Nação e Defesa*, n.º 136, pp. 34-65.
- Duarte, A. P., 2011. Em Prol de uma Cultura Estratégica. *Revista Portuguesa de Ciência Política*, n.º 0, pp. 67-70.

- Duarte, A. P., 2010. Estratégias de Segurança Nacional: os Livros Brancos da Grã-Bretanha e da França. *Nação e Defesa*, n.º 127, pp. 133-157.
- Eiras, R., 2014. Brasil: Potência do Petróleo Marítimo. *Nação e Defesa*, n.º 138, pp. 117-129.
- Ekbladh, D., 2011. Present at the Creation. Edward Mead Earle and the Depression Era Origins of Security Studies. *International Security*, 3(36), pp. 107-141.
- Emmott, S., 2013. *Dez Mil Milhões enfrentando o nosso futuro*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Enciclopédie Larousse en Ligne, s/d. Esclavage. *Enciclopédie Larousse en Ligne* [em linha]. Disponível em: <http://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/esclavage/49330> [consultado em 18 de setembro de 2018].
- Enciclopédie Larousse en Ligne, s/d. Malthusianisme. *Enciclopédie Larousse en Ligne*. Disponível em: <https://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/malthusianisme/67810> [consultado em 7 de outubro de 2019].
- Energy Information Administration (EIA), 2019. Nuclear Explained. *U. S. Energy Information Administration (EIA)* [em linha], última atualização: 4 de outubro. Disponível em: <https://www.eia.gov/energyexplained/nuclear/> [consultado em 7 de outubro de 2019].
- European Commission, 2018. *EU Energy in Figures: Statistical Pocket Book 2018*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em: <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/99fc30eb-c06d-11e8-9893-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-77059768> [consultado em 3 de outubro de 2019].
- European Commission, 2014. *European Energy Security Strategy*, COM(2014) 330 final. Communication from the Commission to the European Parliament and the Council. Bruxelas, 28 de maio. Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/publication/European_Energy_Security_Strategy_en.pdf [consultado em 21 de julho de 2017].
- Fernandes, A. H., 2011. *Acolher ou Vencer? A Guerra e a Estratégia na Atualidade (Homo Strategicus II)*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Fernandes, C. P., 2017. A Contribution to the Analysis of Energy Security. Em Carla Patrício Fernandes e Teresa Ferreira Rodrigues, eds., *Geopolitics of Energy and Energy Security*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp. 61-78.
- Fest, J., 2003. *Les Derniers Jours de Hitler*. Paris: Perrin.
- Gaddis, J. L., 2009. *What is Grand Strategy?* Conference paper on “American Grand Strategy after War”. Triangle Institute for Security Studies, Duke University. Disponível em: <http://tiss-nc.org/wp-content/uploads/2015/01/KEYNOTE.Gaddis50thAniv2009.pdf> [consultado em 20 de maio de 2015].
- Ganascia, J.-G., 2017. *O Mito da Singularidade. Devemos temer a inteligência artificial?* Lisboa: Temas e Debates/Círculo dos Leitores.
- Gray, C. S., 2010. *The Strategy Bridge: Theory for Practice*. Oxford: Oxford University Press.
- Han, B.-C., 2018. *A Expulsão do Outro*. Lisboa: Relógio de Água.

- Hanson, V. D., 2011. *Guerra: El origem de todo*. Madrid: Turner.
- Henig, R., 2010. *The League of Nations*. Londres: Haus.
- Hoekstra, Jon, 2014. Networking Nature. How Technology Is Transforming Conservation. *Foreign Affairs*, 93(2), pp. 80-89.
- Hoffman, F. G., 2014. Grand Strategy: The Fundamental Considerations. *Orbis*, 58(4), pp. 472-485.
- Howard, M., 1983. *Clausewitz*. Oxford: Oxford University Press.
- Hughes, M. e Philpott, W. J., 2005. *The Palgrave Concise Historical Atlas of The First World War*. Basingstoke, Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- International Energy Agency (IEA), 2017. *World Energy Outlook 2017: China* [pdf], 8 de dezembro. Disponível em IEA [website] <https://www.iea.org/media/publications/weo/ChinaOutlooklaunch.pdf> [consultado em 24 de setembro de 2019].
- International Energy Agency (IEA), s/d. Energy Security. IEA [em linha]. Disponível em <https://www.iea.org/topics/energysecurity/> [consultado em 3 de setembro de 2018].
- Isaac, B., 1993. *The Limits of Empire. The Roman Army in the East*. Oxford: Clarendon Press.
- Kershaw, I., 2000. *Hitler, 1936-1945: Nemesis*. Londres: Allen Lane/Penguin Books.
- Kolbert, E., 2014. *The Sixth Extinction. An Unnatural History*. Londres: Bloomsbury.
- Ludendorff, E., 1941. *A Guerra Total*. Rio de Janeiro: Editorial Inquérito.
- Lynnas, M., 2007. *Seis Graus: O Nosso Futuro Num Planeta em Aquecimento*. Lisboa: Livraria Civilização.
- Matos, L. S., 2005. Segurança. Em *Dicionário de Filosofia Moral e Política*. Lisboa: Instituto de Filosofia da Linguagem, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://www.ifilnova.pt/file/uploads/20b80ffab42e5adbe998e8d35b6450a0.pdf> [consultado em 22 de abril de 2010].
- Meek Lange, M., 2011. Progress. Em Edward N. Zalta, ed., *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Spring 2011 Edition. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2011/entries/progress/> [consultado a 7 de outubro de 2019].
- Nolte, E., 2017. *Heidegger: Tra rivoluzione conservatrice e guerra civil in Europa*. Brescia: La Scuola.
- Nuttall, W. J. e Manz, D. L., 2008. A new energy security paradigm for the twenty-first century. *Technological Forecasting and Social Change*, 75(8), pp. 1247-1259.
- Oliveira, A., 2019. *Inteligência Artificial*. Lisboa: FFMS.
- Origem da Palavra, s/d. Energia. *Origem da Palavra* [em linha]. Disponível em: <http://origemdapalavra.com.br/pergunta/energia/> [consultado em 3 de setembro de 2018].

- Patou-Mathis, M., 2013. *Préhistoire de la violence et de la guerre*. Paris: Odile Jacob.
- Pires, N. L., 2018. A Estratégia de Coesão. Em António José Telo, João Vieira Borges e Nuno Lemos Pires, *Dar Uma Razão à Força e Uma Força à Razão*. Alcochete: Nexo Literário, pp. 61-128.
- Reis, B., 2019. *Pode Portugal ter uma estratégia?* Lisboa: FFMS.
- Rousseau, D. L. e Walker, T. C., 2010. Liberalism. Em Myriam Dunn Cavelty e Victor Mauer, eds., *The Routledge Handbook of Security Studies*. Londres: Routledge, pp. 21-33.
- Russian Federation President, 2015. *The Russian Federation's National Security Strategy* [pdf]. Approved by Russian Federation Presidential Edict 683, 31 de dezembro, full-text translation. Disponível em Instituto Español de Estudios Estratégicos (IEEE) [website] <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/OtrasPublicaciones/Internacional/2016/Russian-National-Security-Strategy-31Dec2015.pdf> [consultado em 22 de abril de 2018].
- Santos, F. D., 2010. A Energia no Quadro das Insustentabilidades. Em António José Telo, António Martins da Cruz e António Vitorino, coord., *Pilares da Estratégia Nacional*. Lisboa: Prefácio/Instituto da Defesa Nacional, pp. 33-50.
- Santos, L., 2000. *Reflexões sobre Estratégia: Temas de Segurança e Defesa*. Mem Martins: Instituto de Altos Estudos Militares/Publicações Europa-América.
- Smil, V., 2004. World History and Energy. Em *Encyclopedia of Energy*, Volume 6. Elsevier Inc., pp. 549-560. Disponível em: <http://vaclavsmil.com/wp-content/uploads/docs/smil-article-2004world-history-energy.pdf> [consultado em 13 de setembro de 2018].
- Sovacool, B., 2011. Introduction. Defining, measuring and exploring energy security. Em Sovacool, B., ed., *The Routledge Handbook of energy security*. Londres: Routledge.
- Sun Tzu, 2006. *A Arte da Guerra*. Lisboa: Sílabo.
- Tetraís, B., dir., 2008. *Atlas Militaire et Stratégique. Menaces, conflits et forces armées dans le monde*. Paris: Éditions Autrement.
- Tomás, C., 2018. Estamos Condenados? O Prazo para Salvar a Terra Termina em 2030. *Dossiê Expresso*, 14 de dezembro.
- U. S. Department of Defense, 2019. *DOD Dictionary of Military and Associated Terms*, July. Washington: U.S. Department of Defense. Disponível em: <https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/dictionary.pdf>
- U. S. Department of Defense, 2001. *Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*, 12 April. As Amended Through 9 June 2004. Washington: U.S. Department of Defense. Disponível em: https://www.cia.gov/library/abbottabad-compound/B9/B9875E9C2553D81D1D6E0523563F8D72_DoD_Dictionary_of_Military_Terms.pdf
- Vasconcelos, J., 2019. *A Energia em Portugal*. Lisboa: FFMS.
- Vegécio, 2006. *Tratado de Ciência Militar*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Vlassopoulos, K., 2010. *Politics: Antiquity and Its Legacy*. Nova Iorque: Tauris.

- Vojinovic, M., 2013. *Christopher Clark, The Sleepwalkers – How Europe Went to War in 1914*. Londres: Harper. Reviewed by Milos Vojinovi. *Balkanica*, n° XLIV, pp. 422-432.
- Waltz, K., 2011. Teoria Estrutural da Política Internacional. Entrevista com Kenneth Waltz por Bruno Cardoso Reis. *Relações Internacionais*, n.º 29, pp. 129-141.
- Wisniewski, T. W., 2014. The Concept of Energy Security – Overall Analysis Approach. *Research Paper of Wroclaw University Economics*, n° 370, pp. 71-89. Disponível em: http://www.dbc.wroc.pl/Content/29243/Wisniewski_The_Concept_Of_Energy_Security_Overall_Analysis_2014.pdf [consultado em 10 de setembro de 2018].
- World Economic Forum (WEF), 2018. *Fostering Effective Energy Transition. A Fact-Based Framework to Support Decision-Making* [pdf], March, Insight Report. Disponível em WEF [website] http://www3.weforum.org/docs/WEF_Fostering_Effective_Energy_Transition_report_2018.pdf [consultado em 18 de setembro de 2018].
- Youngs, R., 2009. *Energy Security. Europe's New Foreign Policy Challenge*. Nova Iorque e Abingdon: Routledge.